



**UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

Graciete Chaves Freitas

**Mulheres Sobreviventes de Violência Conjugal  
Perspetivas sobre o Início de Novas Relações**

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação  
Ramo de Especialização em Contextos Comunitários

Realizado sob Orientação Científica da Prof. Doutora Suzana Nunes Caldeira

**Ponta Delgada, 2012**

Graciete Chaves Freitas

**Mulheres Sobreviventes de Violência Conjugal  
Perspetivas sobre o Início de Novas Relações**

Dissertação apresentada na Universidade dos Açores

Para obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Educação

Especialização em Contextos Comunitários

Realizada sob Orientação Científica da Prof. Doutora Suzana Nunes Caldeira

**Ponta Delgada, 2012**

## Resumo

Este estudo intitula-se *Mulheres Sobreviventes de Violência Conjugal: Perspetivas sobre o Início de Novas Relações*. Nele discutem-se aspetos relativos ao fim de relações conjugais abusivas e ao início de novas relações. Para melhor sustentar a discussão, procura-se, ainda, perceber a atitude de mulheres sobreviventes relativamente à legitimação da violência na intimidade e quais os seus valores de vida predominantes.

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, com enfoque qualitativo. Em termos específicos foram entrevistadas dezasseis senhoras sobreviventes de Violência Conjugal. O processo de entrevista (estruturada e semiestruturada) foi apoiado por quatro instrumentos de recolha de dados: ficha de caracterização sociodemográfica, escala de crenças da Violência Conjugal, inventário de valores de vida e guião da entrevista semiestruturada. Os dados recolhidos foram analisados de acordo com o paradigma interpretativo.

Os principais resultados mostram que existe uma atitude generalizada de não legitimação da violência por parte das participantes, e que os valores mais salientes são a preocupação com o ambiente, a preocupação com os outros, a lealdade à família e ao grupo, a responsabilidade e a espiritualidade. Em termos de perspetivas acerca do início de novas relações observa-se que as entrevistadas parecem subordinar o papel de mulher/esposa/companheira ao de mãe. Observa-se, também, alguma preocupação em aceder a informações sobre o novo parceiro, principalmente no que se reporta à situação profissional, aos consumos e dependências e a comportamentos agressivos, recorrendo, essencialmente, ao diálogo. As motivações destas mulheres para iniciar uma nova relação parecem ser a necessidade de afeto e carinho e o evitar a solidão. As suas aspirações sobre a relação e sobre a vida em geral afiguram-se positivas, embora apontem como maiores receios/dúvidas/hesitações a desilusão e o medo de voltar a sofrer violência. As fontes de apoio a que recorrem são essencialmente os familiares e amigos.

A conjugação destes dados parece sugerir que as entrevistadas, embora tenham conseguido desenvolver uma atitude de repúdio pela violência na intimidade, romper com o ciclo da violência doméstica e tentar iniciar novas trajetórias de vida, ainda se encontram em período de ajustamento, balançando entre o desconforto sobreveniente da relação maltratante e a ideia reconfortante de um futuro melhor.

**Palavras-chave:** Violência Conjugal, Mulheres Sobreviventes, Crenças, Valores, Perspetiva.

## **Abstract**

This study is entitled Women Survivors of Conjugal Violence: Perspectives about the beginning of new relationships. It discusses aspects related to the end of abusive conjugal relationships and the beginning of new relationships. To support better the discussion, it tries to know the attitude of women survivors regarding the legitimacy of intimate violence and what are its predominant life values.

This is an exploratory and descriptive study, with a qualitative approach. On specific terms, sixteen women that survived Conjugal Violence have been interviewed. The interview process (structured and semi structured) was supported by four instruments of data collecting: socio demographic data sheet, scale of Conjugal Violence beliefs; inventory of life values and a semi-structured interview script. The collected data were analyzed according to an interpretative paradigm.

Main results show that exists a generalized attitude by the participants of not legitimating the violence, and that the most salient life values are concerned about the environment, with others, loyalty to family and group, responsibility and spirituality. In terms of perspectives about the beginning of new relationships, it is observed that the women interviewed seem to subordinate their role of woman/wife/partner to the role of motherhood. It is observed as well, some preoccupation on the access of information about the new partner, mostly reporting to the professional situation, consumptions and dependences and violent behaviors, abording the dialogue. The motivation of these women to begin a new relation seems to be the need for affection and to avoid loneliness. Their aspirations about the relationship and their life are generally positive, although they point as their biggest fears/doubts/hesitations the disappointment and the fear of suffering from violence once again. Their support sources are essentially their family and friends.

The conjugation of the data seem to suggest that the interviewed women, although have developed an attitude of repudiation by the intimate violence, break the cycle of domestic violence and try to begin new life paths, that are still in adjustment period, swinging between discomfort supervenes of the abusive relationship and the idea of a comforting better future.

**Key-words:** Conjugal Violence, Women Survivors, Beliefs, Values, Perspectives.

## **Agradecimentos**

Agradeço à minha mãe, Fátima, pois sem ela não seria possível ter ingressado na Universidade e muito menos ter concretizado os objetivos a que me propus.

À minha irmã, Susana, pelo apoio em todas as fases da minha vida.

À restante família, em especial aos meus avós.

Às minhas amigas e colegas de casa, pelo incessante carinho e cooperação.

Um agradecimento especial, à Prof. Doutora Suzana Nunes Caldeira, pela forma fantástica como me orientou, sem ela este trabalho não seria o mesmo, por ter aceitado orientar este trabalho, pelo constante apoio, dedicação e disponibilidade.

À Equipa Multidisciplinar Especializada de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco, Dra. Carla da Luz, Dra. Maria Teixeira, Dra. Marta Sousa e Dr. Bruno Costa, pois permitiram a viabilização deste estudo.

A todas as dezasseis senhoras que aceitaram participar neste estudo, pois sem elas ele não se teria realizado.

A todos que de uma forma ou de outra apoiaram este trabalho.

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

**APAV** – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

**DGAI** – Direção Geral de Administração Interna.

**ECVC** – Escala de Crenças da Violência Conjugal.

**IVV** – Inventário de Valores de Vida.

## ÍNDICE GERAL

Resumo.....	2
Abstract.....	3
Agradecimentos.....	4
Siglas e Abreviaturas.....	5

## Índice do Estudo

Introdução.....	9
-----------------	---

### Parte I – Enquadramento Teórico

1. Violência Conjugal contra a Mulher.....	12
1.1. O Conceito de Violência Conjugal e a sua Expressão na Relação Abusiva.....	12
1.2. Fatores de Risco da Violência Conjugal.....	16
1.3. Perfil da Vítima e do Agressor de Violência Conjugal.....	18
1.4. Consequências da Vitimação.....	20
2. De Vítima a Sobrevivente: O Fim da Relação Abusiva.....	21
2.1. A Saída da Relação Abusiva.....	22
2.2. Modelo de Mudança das Sobreviventes de Relações Conjugais Abusivas.....	26
3. O Início de Novas Relações Amorosas em Mulheres Sobreviventes de Violência Conjugal.....	31
3.1. Crenças sobre Violência Conjugal.....	32
3.2. Valores de Vida.....	34
3.3. Perspetivas sobre o início de novas relações.....	36
3.3.1. Papéis Sociais.....	36
3.3.2. Expetativas Futuras.....	37
3.3.3. Suporte Social.....	38

## Parte II – Estudo Empírico

1. Metodologia.....	41
1.1. Questão de Investigação.....	41
1.2. <i>Design</i> Metodológico.....	42
1.3. Participantes.....	42
1.4. Instrumentos e Procedimentos de Recolha de Dados.....	44
1.4.1. Ficha de Caracterização Sociodemográfica.....	45
1.4.2. Escala de Crenças da Violência Conjuga.....	45
1.4.3. Inventário de Valores de Vida.....	46
1.4.4. Guião da Entrevista Semiestruturada.....	49
1.5. Procedimentos Adotados no Tratamento dos Dados.....	50
1.6. Princípios e Considerações Éticas.....	52
2. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados.....	53
2.1. Crenças sobre Violência Conjugal.....	53
2.2. Valores de Vida .....	56
2.3. Perspetivas sobre o Início de Novas Relações.....	58
2.3.1. Papéis Sociais.....	58
2.3.2. Expetativas Futuras.....	60
2.3.3. Suporte Social.....	66
Conclusão.....	70
Referências Bibliográficas.....	73

## Índice de Anexos

<b>Anexo I</b> - Síntese dos dados de Caracterização Sociodemográfica das Participantes.....	80
<b>Anexo II</b> – Modelo da Entrevista.....	81
<b>Anexo III</b> - Consentimento Informado.....	82
<b>Anexo IV</b> – Ficha de Caracterização Sociodemográfica.....	83
<b>Anexo V</b> - Escala de Crenças da Violência Conjugal.....	84
<b>Anexo VI</b> - Inventário de Valores de Vida.....	86

<b>Anexo VII - Guião da Entrevista Semiestruturada.....</b>	<b>91</b>
<b>Anexo VIII - Grelha de Análise de Conteúdo.....</b>	<b>92</b>

### **Índice de Quadros e Figuras**

<b>Quadro 1: Total da pontuação na ECVC e em cada um dos fatores.....</b>	<b>54</b>
<b>Quadro 2: Distribuição das pontuações em cada um dos Valores.....</b>	<b>56</b>
<b>Quadro 3: Saliência de Papéis .....</b>	<b>59</b>
<b>Quadro 4: Expetativas Futuras sobre o Parceiro.....</b>	<b>61</b>
<b>Quadro 5: Motivação para o estabelecimento de novas relações.....</b>	<b>62</b>
<b>Quadro 6: Distribuição das Aspirações.....</b>	<b>64</b>
<b>Quadro 7: Distribuição das dúvidas/receios/hesitações.....</b>	<b>65</b>
<b>Quadro 8: Distribuição do suporte social formal e informal.....</b>	<b>67</b>
<b>Figura 1: O Ciclo da Violência Doméstica de Walker (1979).....</b>	<b>13</b>

## Introdução

O presente trabalho, intitulado *Mulheres Sobreviventes de Violência Conjugal: Perspetivas sobre o Início de Novas Relações* desenvolveu-se no âmbito de Mestrado em Psicologia da Educação, especialidade em Contextos Comunitários, na Universidade dos Açores. Durante o período de estágio curricular, realizado no âmbito da violência doméstica incrementou-se o interesse pela área da Violência Conjugal, condição que contribuiu para que esta investigação recaísse sobre esta temática.

Na literatura, encontramos que a Violência Conjugal se assume como uma problemática grave e complexa, com prejuízos para a saúde física e psicológica das vítimas, com implicações desastrosas para as suas famílias e para a sociedade em geral (Magalhães, 2010). A crescente visibilidade dada a este assunto tem contribuído para o desvendar de muitos casos de Violência Conjugal e, por consequência, para a apresentação de mais denúncias, o que leva a que a sociedade olhe com uma outra visão para esta temática (Rocha, Lalanda, Caldeira, Sousa, Palos & Soares, 2010). Tem também, eventualmente, contribuído para que o discurso da mulher como vítima seja substituído pelo da mulher como “sobrevivente ativa” à Violência Conjugal (Dias, 2004). Durante o processo de sobrevivência a uma relação conjugal violenta, a mulher implica-se em compreender a violência e vai desenvolvendo ações no sentido de terminar com o abuso (Dias, 2004). Permanecer ou sair de uma relação abusiva depende do julgamento que a mulher faz das suas necessidades, alternativas e recursos a cada momento (Rusbult & Martiz, 1995 *in* Matos, 2006). Portanto, sair de uma relação abusiva representa um período de ajustamento a uma nova condição de vida. Neste contexto, uma abordagem pela ótica da psicologia comunitária pode constituir uma mais-valia, uma vez que aquela tem como objetivo promover a mudança social e comunitária, dando suporte às pessoas mais vulneráveis (Ornelas, 2008), despertando-as para o acesso aos recursos disponíveis (internos e externos) com vista ao seu bem-estar. Com este estudo, procura-se conhecer as perspetivas sobre o início de novas relações, sendo que a sua relevância prática passa por obter para informações junto de mulheres sobreviventes que permitam à comunidade organizar uma intervenção mais concertada junto de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Assim, o presente estudo, de carácter exploratório e descritivo, tem como propósito conhecer como são perspetivadas o início de novas relações em mulheres

sobreviventes de Violência Conjugal. Para o efeito pretende-se, ainda, conhecer quais as crenças acerca da violência e quais os valores de vida pelos quais se regem.

A presente dissertação encontra-se organizada em duas partes, designadas de Enquadramento Teórico e Estudo Empírico. Para além disso, conta com uma Introdução e uma Conclusão que, respetivamente, inicia e encerra o trabalho. Em termos formais, conta ainda com os Índices, as Referências Bibliográficas e os Anexos.

Na Parte I, Enquadramento Teórico, procede-se à revisão de literatura acerca da Violência Conjugal, com o objetivo de aprofundar o conhecimento nesta área. Esta parte divide-se em três tópicos: 1. Violência Conjugal contra a Mulher; 2. De Vítima a Sobrevivente: O Fim da Relação Abusiva; 3. O Início de Novas Relações Amorosas em Mulheres Sobreviventes de Violência Conjugal. No primeiro ponto abordam-se as seguintes temáticas: 1.1. o conceito de Violência Conjugal e a sua expressão na relação abusiva; 1.2. fatores de risco da Violência Conjugal; 1.3. perfil da vítima e do agressor de Violência Conjugal; e 1.4. consequências da vitimação. No segundo, apontam-se questões relativas à 2.1. saída da relação abusiva e ao 2.2. modelo de mudança das sobreviventes de relações conjugais abusivas. No terceiro, fala-se sobre 3.1. crenças sobre a Violência Conjugal; 3.2. valores de vida; e 3.3. perspetivas sobre o início de novas relações.

A Parte II, Estudo Empírico, está dividida em dois pontos, a 1. Metodologia e a 2. Apresentação, análise e discussão dos resultados. Na Metodologia, apresenta-se as 1.1. questões da investigação; o 1.2. *design* metodológico; as 1.3. participantes; os 1.4. instrumentos e procedimentos de recolha de dados. Para além disso, elencam-se os 1.5. procedimentos adotados no tratamento dos dados e alguns 1.6. princípios e considerações éticas. No segundo ponto, tenta-se, através da análise dos resultados, responder à questão de partida da investigação e às questões subsidiárias. Este último ponto encontra-se dividido em três: 2.1. crenças sobre a Violência Conjugal; 2.2. valores de vida; e 2.3. perspetivas sobre o início de novas relações.

O trabalho encerra com uma Conclusão, onde se sintetizam os aspetos mais importantes, se apontam limitações do estudo e se apresentam algumas sugestões para futuras investigações.

## **PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

---

## **1. Violência Conjugal contra a Mulher**

A Violência Doméstica é considerada Crime Público desde 2000 (Decreto - Lei 323/2000 de 19 de Dezembro). No entanto, só em 2007 foi alvo de um tratamento específico com a publicação da Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, que estabelece a Violência Doméstica como crime autónomo, agravando o limite mínimo da pena, no caso de ser praticada na presença de menores ou no domicílio da vítima (Rocha & col., 2010). Em termos de tipologia de Crime, a Violência Conjugal sendo um tipo de Violência Doméstica, recebe o mesmo estatuto.

Entende-se por Crime Público qualquer crime cujo procedimento criminal não está dependente da queixa por parte da vítima, bastando uma denúncia ou conhecimento do crime para que o Ministério Público promova o processo, ou seja, o processo de investigação inicia independentemente da vontade da vítima do crime (Carneiro, 2007). Presentemente, no que concerne à Violência Conjugal, o crime base é o de maus tratos e infração de regras de segurança, representado no artigo 152.º do Código Penal Português.

Como ponto de partida para o tópico da Violência Conjugal contra a Mulher, começamos por uma breve contextualização do fenómeno da Violência Conjugal e pelas formas que esta assume. Em seguida refletimos sobre os fatores de risco, apresentamos o perfil da vítima e do agressor e por fim abordamos algumas consequências da Violência Conjugal para a vítima.

### **1.1. O Conceito de Violência Conjugal e a sua Expressão na Relação Abusiva**

A Violência Conjugal pode ser definida como “qualquer tipo de violência, tentativa ou ameaça física perpetrada por um homem ou uma mulher contra a pessoa com quem ele/ela tem ou teve um relacionamento íntimo” (Baldry, 2003 *in* Almeida & Soeiro, 2010, p. 179).

Em Dias (2004, p. 119) encontra-se descrito um conjunto de outras definições de Violência Conjugal, das quais transcrevemos a de Hampton e Coner-Edwards (1993) e a de Kaczmarek (1988). Assim, para Hampton e Coner-Edwards (1993) a Violência Conjugal “é um padrão de comportamento que ocorre sob a forma física, emocional, psicológica, sexual e económica e que é desenvolvido com vista a perpetuar a intimidação, o poder e o controlo do agressor sobre o cônjuge maltratado”. Ainda, para Kaczmarek (1988) a Violência Conjugal consiste “numa acção directa

destinada a atingir uma pessoa, e, mesmo, a destruí-la quer ao nível da sua integridade física ou psíquica, quer ao nível das suas participações simbólicas”.

Para Walker (1994), a Violência Conjugal é um padrão de controlo coercivo que envolve o exercício do poder e dominação, num relacionamento íntimo. O agressor tem como objetivo dominar o outro, fazê-lo sentir-se subordinado, incompetente, sem valor e com medo.

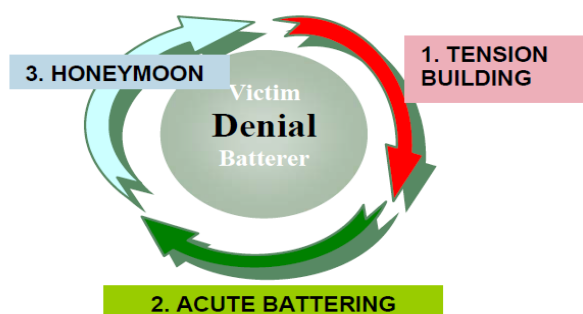
A Violência Conjugal pode ser praticada de diferentes formas. Antunes (2002), considera como formas de exercício da violência: coagir e ameaçar, intimidar, usar a violência emocional, isolar, minimizar, negar, condenar, instrumentalizar os filhos, utilizar “privilégios machistas” e utilizar a violência económica.

Matos (2002) refere que a Violência Conjugal ocorre, frequentemente, no contexto de vitimação múltipla e pode incluir: maus tratos físicos, isolamento social, intimidação, maus tratos emocionais, verbais e psicológicos, recurso ao privilégio masculino, ameaças, violência sexual e controlo económico.

Ainda, Neves (2008) afirma que os maus tratos físicos, o abuso emocional ou psicológico e a violência sexual, são os subtipos de Violência Conjugal que aparecem sistematicamente sublinhados na literatura.

No que concerne à expressão da violência na relação conjugal abusiva, segundo Walker (1979), o conjunto de interações estabelecidas entre parceiros define um padrão de funcionamento que permite falar em Ciclo da Violência Doméstica.

Neste sentido, o Ciclo da Violência Doméstica deve ser entendido como um sistema circular, no qual as dinâmicas da relação de casal se manifestam sistematicamente, passando por três fases distintas que podem variar consoante o tempo e a intensidade. As fases são aumento da tensão, ataque violento e lua-de-mel (Walker, 1979), como se esquematiza na Figura 1.



**Figura 1:** O Ciclo da Violência Doméstica de Walker (1979)

A primeira fase, o aumento de tensão, diz respeito às tensões acumuladas no cotidiano, às injúrias e às ameaças do agressor que criam na vítima uma sensação de perigo eminente.

Durante esta fase existem manifestações «menores» de violência, tais como agressões verbais e as ameaças. A mulher tenta evitar a violência acalmando o marido através da satisfação das suas necessidades e desejos, que tenta antecipar. Pensa que desta forma poderá evitar a escalada, mas ela acaba por suceder, apesar de tudo, pelo que a mulher se culpa por considerar não ter sido capaz de evitar a passagem à segunda fase (Branco, 2007, p. 90).

Relativamente à segunda fase, o ataque violento, o agressor exerce violência física e psicológica contra a vítima, aumentando a frequência e a intensidade dos comportamentos violentos. “Nesta fase acontece a descarga explosiva e incontrolável da tensão acumulada e a mulher é agredida, podendo a gravidade da agressão ser variável” (Branco, 2007, p.90).

Por fim, na terceira fase, a lua-de-mel, o agressor envolve a vítima com carinho e atenções, desculpando-se pela violência exercida e prometendo mudar de comportamento. Esta fase “corresponde à manifestação de arrependimento do agressor, que se torna delicado, atencioso e apaixonado numa tentativa de compensar a sua esposa” (Branco, 2007, p. 90). Perante esta manifestação de arrependimento, a vítima ganha esperança e acredita que o comportamento do parceiro irá mudar.

A Violência Conjugal continua a prevalecer como o tipo de violência doméstica mais praticada, sendo o género feminino o mais afetado (Rocha & col., 2010), aspeto que contribuiu para que este estudo incidisse sobre as mulheres que foram vítimas de violência por parte dos parceiros.

Neste sentido, passamos de seguida à apresentação de alguns dados relevantes para o entendimento da extensão do problema a nível internacional, nacional e, ainda, a nível regional.

Em termos internacionais, um estudo realizado por García-Moreno, Jansen, Ellsberg, Helse e Watts (2005), intitulado *Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women*, no âmbito da Organização Mundial de Saúde em 10 países, concluiu que a violência exercida por um parceiro íntimo sobre a mulher é comum a todos os países, apesar de existirem variações na prevalência. O estudo incide sobre a violência física, sexual, emocional e comportamentos de controlo. Sendo assim, o estudo constata que relativamente à violência física, a percentagem de mulheres que relata ter sido vítima varia entre 13% no Japão e 61% no Peru. No que concerne à violência sexual varia entre 6% no Japão e na Sérvia-Montenegro e

59% na Etiópia. Quanto ao abuso emocional, as percentagens variam entre 20% no Samoa e 75% na Etiópia. Por fim, o abuso através de comportamentos de controlo varia entre 21% no Japão e 90% na Tanzânia (García-Moreno, Jansen, Ellsberg, Helse & Watts, 2005).

Em Portugal, um estudo de Lourenço, Lisboa e Pais (1997) revelou que o tipo de violência mais sofrido pelas mulheres, exercida pelos homens, é a psicológica, com um valor de 50,7%, seguido da violência sexual com 28,1% e depois violência física com 6,7%.

Ainda, segundo um relatório da Direção Geral da Administração Interna (DGAI) sobre as ocorrências participadas às Forças de Segurança, em 2010, a Violência Doméstica constituiu a terceira tipologia criminal mais participada em Portugal, representando 7,3% do total das participações, sendo a primeira «outros furtos» e a segunda «furto em veículo motorizado». No que se refere aos crimes contra as pessoas, a violência doméstica passa para a primeira tipologia de crime mais participada (DGAI, 2010).

Mais, a nível nacional e conforme estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) correspondentes ao ano de 2010, o total de crimes cometidos foi de 16972, sendo que 81,7% se refere a crime de violência doméstica. No que diz respeito a este crime em particular, o tipo de maus-tratos mais frequente é o psicológico, com uma percentagem de 36,8% (APAV, 2010).

No contexto regional, segundo um estudo sobre Violência de Género realizado em 2008 na Região Autónoma dos Açores, “o conjunto de vitimação relativa à violência física, sexual e psicológica, exercida contra as mulheres com 18 ou mais anos, nos últimos 12 meses ou em anos anteriores, tem uma prevalência de 53,3%. Comparando com os resultados obtidos no continente (38%) em 2007, a prevalência nos Açores é superior” (Rocha & col., 2010, p. 19). Na sequência deste estudo foi publicado o Plano de Combate à Violência Doméstica para os Açores, através da Resolução do Conselho do Governo nº 50/2010, de 19 de Março (Rocha & col., 2010).

Observa-se, assim, que a Violência Conjugal é uma problemática com extensão a nível mundial, que tem assumido “uma importância verdadeiramente pública porque atenta contra os direitos e contra a qualidade de vida geral de muitas pessoas e de muitas comunidades e, por isso, não mais pode ser encarado como uma questão do foro particular e, por isso, privada” (Antunes, 2002, pp.47-48).

## 1.2. Fatores de Risco da Violência Conjugal

No seguimento da definição da Violência Conjugal e da sua expressão na relação abusiva, convém mencionar fatores que contribuem para o despoletar de situações de violência, ou seja, fatores de risco da vítima, do agressor, do contexto familiar e do contexto sociocultural.

Fatores de risco são considerados aspetos que podem aumentar ou manter a violência, podem estar relacionados com características da vítima ou do agressor, do contexto familiar ou sociocultural. Um fator, isolado, não significa que a violência esteja a ser exercida, no entanto, a conjugação de vários fatores faz despoletar e agravar as situações de violência (Magalhães, 2010).

No que se refere à vítima, podemos mencionar os seguintes fatores de risco:

ser do género feminino, apresentar características de vulnerabilidade em termos de idade e de necessidades, ter personalidade e temperamento desajustados relativamente ao agressor, estar dependente do consumo de substâncias, ter doença física ou mental, ter sido vítima de abuso na infância, ou ter assistido a violência entre os seus cuidadores, ser prematuro e de baixo peso ao nascimento, ter dependência física e emocional relativamente ao agressor, ter escassos recursos económicos, encontrando-se dependente do agressor, ter baixo nível educacional, habitar em precárias condições e estar socialmente isolada (Magalhães, 2010, pp.72-73).

Encontram-se também, como fatores de risco para a vítima, a vivência de situações de *stress*, sintomas depressivos, a auto culpabilização, a maior tolerância ao locus de controlo externo e baixos níveis de intimidade com o parceiro conjugal (Pagelow, 1984 *in* Carvalho, 2008).

Como fatores de risco para ser agressor, considera-se

ser do género masculino e jovem, ser dependente de substâncias, ter doença mental ou física, ter personalidade imatura e impulsiva, baixo autocontrolo e baixa tolerância às frustrações, grande vulnerabilidade ao *stress*, baixa autoestima, expectativas irrealistas e indiferença ou excessiva ansiedade face às responsabilidades perante a vítima, ter carências socioculturais e económicas, estando financeiramente dependente da vítima, estar desempregado ou ter uma vida social e/ou profissional muito intensa, que dificulte o estabelecimento de relações positivas com a família, ter antecedentes de comportamentos desviantes, apresentar antecedentes pessoais e familiares de violência, não conseguir admitir que a vítima foi ou esteja a ser agredida, nem compreender quais as reais necessidades e

eventual situação clínica daquela, sendo incapaz de lhe oferecer proteção e ser inexperiente em termos de prestação de cuidados (Magalhães, 2010, pp.71-72).

Dobash e Dobash (1979 *in* Dias, 2004) referem também como fatores de risco para o agressor, raízes históricas do casamento, fundações patriarcais e cultura de violência que legitima a Violência Conjugal. Mais tarde, os mesmos autores acrescentam quatro outros fatores: sentimento de posse e ciúme, expectativas em relação ao trabalho doméstico da mulher, convicção do homem de que tem direito de punir a mulher devido a situações que ele percebe como erradas, e a necessidade que o homem tem de manter a sua posição de dominação.

Igualmente, algumas características, do contexto familiar podem ser consideradas fatores de risco, tais como, tratar-se de uma família monoparental, reconstruída com filhos de outras ligações, com muitos filhos, desestruturada, com relações disfuncionais, com crises significativas e com mudanças frequentes de residência ou emigração, com problemas financeiros, socioeconómicos e habitacionais, em que o cuidador é exterior à família isolada (Magalhães, 2010).

Por último, algumas características do contexto sociocultural podem ser vistas como fatores de risco, nomeadamente atitudes sociais relativas aos papéis de género, necessidades e direitos das mulheres, atitudes relativas ao papel e importância da família enquanto instituição fundamental no suporte afetivo, físico e económico dos seus membros, bem como à garantia da sua proteção e segurança, atitudes relativas ao papel e responsabilidade das instituições face à perpetração do abuso, bem como à sua identificação e denúncia, atitudes relativas ao reconhecimento e aceitação da necessidade de procurar ajuda fora da família, atitudes relativas à tolerância ou reprovação social de certas condutas violentas, como os castigos físicos ou a violência nas relações de intimidade e ainda questões relativas às políticas de saúde, de proteção social, de luta contra a pobreza, de educação e de justiça (Magalhães, 2010).

Segundo Matos (2002), é frequente o agressor reincidir na agressão, quer seja na mesma relação ou nas seguintes. A mesma autora considera que os fatores que levam a esta situação podem ser a descrença nas autoridades, a legitimação e impunidade social do comportamento do maltratante e o momento da saída da mulher da relação.

Apesar dos muitos fatores de risco aqui apresentados, existem também fatores protetores da Violência Conjugal, fatores estes que mantêm a mulher fora de relacionamentos abusivos. Ramos (2004 *in* Branco, 2007) considera como fatores protetores, a capacidade de resiliência, a consciência da autoestima e autoconfiança, a consciência da autoeficácia e abordagens de resolução de problemas sociais. Ainda, o *empowerment*, a responsabilidade social, as interações pessoais positivas, a participação em grupos, o suporte social, a capacidade para lidar com situações stressantes e com as adversidades, a capacidade de adaptação, a capacidade para resolver conflitos e problemas, a autonomia, sentimentos de domínio e controlo, a autoestima elevada, a maturidade emocional e o apoio da família e dos amigos são considerados fatores protetores da Violência Conjugal (OMS, 2004).

### **1.3. Perfil da Vítima e do Agressor de Violência Conjugal**

Ao longo dos anos tem-se conseguido estabelecer um perfil mais ou menos homogêneo da vítima e do agressor de Violência Conjugal e verificado a sua relação com os fatores de risco da vítima e do agressor. Passamos de seguida à sua caracterização, segundo alguns dados internacionais, nacionais e regionais.

Num estudo realizado no Brasil, com o objetivo de construir o perfil sociodemográfico das mulheres vítimas de violência de género e dos respetivos agressores, podemos verificar que 48% das vítimas encontram-se com idade entre 25 a 39 anos, e 22% estão na faixa etária dos 40 a 49 anos. Os dados levantados mostram que 58% das mulheres deste estudo têm de um a dois filhos e 52% trabalha. Na maior parte dos casos analisados, os principais agressores são os maridos e companheiros (65%) ou ex-maridos e ex-companheiros (19%) (Rangel & Oliveira, 2010). Estes, em 53% dos casos, têm a mesma idade das vítimas e 75% dos casos trabalham. O principal fator precipitante da violência é o álcool, respondendo por 45% dos casos, seguido pelo ciúme (Rangel & Oliveira, 2010).

A nível nacional, no que concerne à caracterização da vítima, de acordo com estatísticas da APAV, 87% é do sexo feminino, com idades entre os 26 e 45 anos (26,1%), maioritariamente casada (39,6%), e tendo como tipo de família, a nuclear com filhos (50%). Relativamente ao nível de ensino da vítima, observa-se uma lacuna, pois a maioria das respostas cai na categoria “não sabe ou não responde” (72,6%) e de seguida o nível de ensino mais frequente é o ensino superior (6,6%). Quanto à atividade económica, o que se apurou foi que 32,6% das vítimas estão empregadas,

trabalhando por conta de outrem (25,2%). Por fim, a relação da vítima com o agressor é, na maioria dos casos, próxima, sendo a agressão praticada pelo cônjuge ou companheiro em 40,2% dos casos (APAV, 2010). Refira-se, porém, que muitas das situações de Violência Conjugal parecem ter início em períodos mais precoces da vida, como o da fase de namoro (Caridade, 2009; Caldeira, 2012).

Mantendo o plano de abordagem a nível nacional e passando à caracterização do agressor, constata-se que na sua maioria aquele é do sexo masculino (81%), tem idade compreendida entre os 26 e os 45 anos (17,9%), sendo maioritariamente pessoa singular (92,6%). Quanto ao estado civil observa-se que é casado e/ou vive em união de facto em 54,7% dos casos. Relativamente ao seu nível de ensino, constata-se, igualmente, uma lacuna de informação, pois 86,9% das respostas caem na categoria “não sabe ou não responde”, seguindo-se o ensino superior (4%). Quanto à atividade económica, 34,5% dos agressores estão empregados, muitos trabalhando por conta de outrem (21,8%). Por fim, quanto a antecedentes criminais, verifica-se que a maioria das respostas se referem à categoria “não sabe ou não responde” (73,7%), seguida de “sem condenação anterior” (20,3%) (APAV, 2010).

Em termos da Região Autónoma dos Açores, de acordo com o Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada, em 2010, no que se refere à caracterização da vítima, o que se nota é que 87% é do sexo feminino com idades entre os 26 e os 45 anos (41,1%). Muitas encontram-se casadas (48,1%), tendo uma família nuclear com filhos (47,2%). Relativamente ao nível de ensino, uma parte detém entre o 1º (15%) e o 3º (11,2%) ciclo do ensino básico, encontrando-se 42,5% das vítimas empregadas, a trabalhar por conta de outrem (33,6%). Por fim, a relação entre vítima e agressor é próxima, sendo este na sua maioria o cônjuge (40,2%) (APAV, 2010).

Quanto ao agressor, o que se denota é uma prevalência do sexo masculino (76%), com idades compreendidas entre os 26 e 55 anos (50%), estando casado em 46,7 % dos casos. Possui um nível de ensino entre o 1º e o 3º ciclos de escolaridade em 21,6% dos casos, estando em regra empregado (40,7%), trabalhando, em mais de um quarto das situações, por conta de outrem (28%). Relativamente a dependências do agressor, verifica-se que em 31,8% dos casos é dependente do álcool (APAV, 2010).

Relacionando os dados da APAV a nível nacional com os dados internacionais, denota-se que no que concerne às vítimas, existe uma ligeira diferença na faixa etária. Quanto aos agressores verifica-se, também alguma divergência nas idades e ainda na percentagem de agressores trabalhadores. Um aspeto interessante é que a nível

regional como a nível internacional, as percentagens de consumo de álcool por parte dos agressores é elevada.

Comparando os dados da APAV a nível nacional e a nível da Região Autónoma dos Açores, podemos constatar que no que diz respeito às vítimas, existe paridade quanto ao sexo, idade, estado civil, tipo de família, atividade económica e tipo de relação com o agressor, notando-se diferenças quanto ao nível de ensino. No que se refere ao agressor, verifica-se uma semelhança a nível do sexo, estado civil e atividade económica, encontrando-se as maiores diferenças a nível da idade e do nível de ensino.

Em suma, podemos constatar que existe um perfil para a vítima e para o agressor de Violência Conjugal. Neste sentido, o fenómeno da Violência Conjugal parece estar relacionado com as características do perfil da vítima e do agressor, com o tipo de relação entre eles e com o tipo de abuso sofrido (Costa, 2010), e ainda com os fatores de risco da Violência Conjugal.

#### **1.4. Consequências da Vitimação**

Segundo Magalhães (2010), a vitimação tem consequências a nível físico, psicológico, sexual e económico, a curto e médio prazo. A vítima sofre lesões corporais como por exemplo pisaduras, arranhões, em casos mais graves, pode apresentar fraturas ósseas ou lesões dentárias (Magalhães, 2010).

Segundo Walker (2002 *in* Matos, 2002), existe também um conjunto de sinais presentes em vítimas de Violência Conjugal, como distúrbios cognitivos, comportamentos depressivos ou de grande evitamento (vergonha, isolamento, culpabilização, desânimo aprendido e baixa autoestima), distúrbios de ansiedade (híper vigilância, medo, perceção de ausência de controlo, fobias, ataques de pânico, taquicardia, ativação fisiológica) e outros como alterações na sexualidade, sobretudo quando está presente a violação marital, alterações na imagem corporal, dependência de substâncias e desordens de sono e apetite.

A gravidade das consequências para a vítima depende do tipo e duração da vitimação, do grau de relacionamento com o agressor, da idade da vítima, do seu nível de desenvolvimento e da sua personalidade, nível de violência e ameaças sofridas (Magalhães, 2010).

As consequências das agressões na saúde mental da mulher, como destruição da auto-estima, a infelicidade e a tristeza, o isolamento e a perceção de impotência, têm contribuído e alimentado um cruel estereótipo

social de que se a mulher apanha é porque merece ou provocou ou porque gosta de apanhar, senão deixaria o agressor (Gelles & Straus, 1988; Silva, 1995 *in* Branco, 2007, p. 77).

A auto percepção das mulheres surge desvalorizada, as suas vidas e as suas competências são vistas por estas como insatisfatórias, permanecendo o sentimento de impotência (Matos & Machado, 1999 *in* Sousa, 2010).

Com todos estes indicadores, pode-se afirmar que a Violência Conjugal “é uma experiência traumática que gera, nas vítimas, um sentimento de total impotência” (Ornelas, 2008, p. 276). Por isso, é necessária coragem para tomar decisões que ponham termo a essa situação (Ornelas, 2008). É por este conjunto de indícios que mulheres que agem de forma corajosa e terminam com relações conjugais abusivas são consideradas sobreviventes.

Em seguida passamos a apresentar alguns dados presentes na literatura sobre a saída da relação abusiva, para um melhor entendimento acerca da dinâmica da rutura conjugal.

## **2. De Vítima a Sobrevivente: O Fim da Relação Abusiva**

“A violência conjugal contra a mulher inicia-se no primeiro ano da relação em praticamente metade dos casos, com episódios reincidentes. A duração da relação desde o início da violência até à denúncia varia de cinco a dez anos” (Fernández Alonso, Velásquez, Buitrago Ramírez, Ciurana Misol, Chocron Bentata, García Campayo, Montón Franco, Redondo Granado & Tizón García, 2003, p.21). Ainda, “os estudos sobre o comportamento de reação das mulheres à violência conjugal revelam que elas deixam a relação e voltam, em média, seis vezes antes de abandonar definitivamente” (Barnett, 1997 *in* Costa, 2010, p. 72). Para além disso, um estudo da APAV revelou que os processos de rutura conjugal duraram em média 2,6 anos (Vicente, 2005 *in* Costa, 2010). No entanto, e como já antes referido, em muitos casos as situações de violência íntima parecem iniciar-se antes mesmo da relação de conjugalidade (Caridade, 2009; Caldeira, 2012).

Por seu turno, durante o processo de sobrevivência a uma relação conjugal violenta, a mulher implica-se em compreender a violência e vai desenvolvendo ações no sentido de terminar com o abuso, mesmo que isso passe por uma transformação ou por pôr fim à relação conjugal (Dias, 2004). Sendo assim, o discurso da mulher

como vítima é substituído pelo da mulher como “sobrevivente ativa” à Violência Conjugal (Dias, 2004).

Neste ponto de trabalho refletimos acerca da saída da mulher da relação abusiva, dos fatores psicossociais que dificultam a ruptura e ainda de um modelo de mudança das mulheres sobreviventes de Violência Conjugal, ou seja, do processo de libertação e sobrevivência a uma relação conjugal abusiva.

## **2.1. A Saída da Relação Abusiva**

Segundo Kirkwood (1993 *in* Matos, 2006) as trajetórias de sair e voltar fazem parte de um processo em espiral pois,

através do acto da saída, a mulher percebe que é capaz de sair. Esta experiência associada à sua história passada com o parceiro agressor, dar-lhe-ão uma perspectiva diferente sobre a progressão do abuso, e apesar do seu regresso, ela não estará tão próxima do centro da espiral como estava antes de experimentar a saída (p. 144).

De acordo com Truninger (1971 *in* Marques, 2005), as mulheres que tentam pôr fim à relação abusiva passam por um processo de conflito e reconciliação antes da tomada de decisão final. Todo este processo é explicado pelo ciclo da violência de Walker (1979) apresentado anteriormente.

Isto significa que a ambivalência da mulher não é necessariamente prejudicial, pois se for bem gerida pode promover a sua capacidade para superar obstáculos e viabilizar uma saída permanente (Matos, 2006). Considera-se, assim, a ruptura da conjugalidade abusiva um processo e não um acontecimento (Kurz, 1993 *in* Costa, 2010).

Choice e Lamke (1997 *in* Costa, 2010) identificaram dois momentos no processo de saída das mulheres da relação abusiva. O primeiro envolve uma avaliação do presente e uma projeção do futuro. As mulheres questionam-se se ficaram melhor fora daquele relacionamento. O segundo envolve uma avaliação das suas capacidades para lidar com a decisão de abandonar a relação. Aqui as mulheres perguntam-se se conseguirão sair daquela relação. No fundo, pode-se considerar que a mulher se questiona “será que estarei melhor se sair desta relação?” e/ou “serei capaz de o fazer com sucesso?” (Choice & Lamke, 1997 *in* Matos, 2006, p. 124).

Assim, a decisão de permanecer com o marido ou companheiro agressivo ou de procurar romper com o ciclo da violência parece estar também relacionado com fatores complexos de ordem psicossocial.

Alguns dos fatores psicossociais que dificultam a rutura da relação conjugal são: medo provocado por ameaças de morte e de castigo pelo «abandono»; dependência económica, particularmente quando o casal tem filhos; o casal ter filhos e a crença de que é melhor mantê-los com o pai; baixa autoestima provocada pelo comportamento do agressor; isolamento pela falta de apoio familiar e social e percepção de descrédito próprio junto de instituições sociais e de segurança; pressão familiar exercida pelo agressor que age no sentido de fazer crer que o problema é culpa da vítima; aprendizagem da violência que faz com que as mulheres que cresceram num ambiente violento a naturalizem nas relações conjugais; o amor que a mulher sente pelo companheiro e o desejo de melhorar a relação; papéis tradicionais de género que responsabilizam a mulher pela casa e família (Amnistia Internacional Portuguesa, 2006).

Truninger (1971 *in* Marques, 2005) aponta outros fatores pelos quais as mulheres não rompem com as relações abusivas: autoconceito negativo; crença em que os maridos mudarão e dúvidas em conseguir prosseguir sozinhas.

Miller (1999) refere também alguns fatores que levam as mulheres a permanecer em relacionamentos abusivos tais como: obter alguma coisa que deseja; desfrutar de benefícios materiais; evitar a solidão; garantir o bem-estar dos filhos; possuir fracos recursos económicos para sair de casa; necessitar de uma fonte de rendimento; necessitar de amparo social; ter medo do aumento do abuso após a separação, e revelar obstáculos emocionais relativos à autoimagem (culpa atribuída a si própria; esperanças de resolução do problema; entorpecimento emocional).

Segundo Gelles (1976), quanto mais experiência com a violência tem uma mulher, maior a sua tendência para condescender ao uso de violência. Assim, mulheres que cresceram em ambientes violentos têm mais probabilidade de casar com uma pessoa que tende a usar a violência. O mesmo autor descreve três fatores preponderantes para a decisão da mulher em permanecer, ou não, na relação abusiva. O primeiro aponta para a ideia de que quanto menos severa e menos frequente for a violência, mais a mulher permanece com o seu marido sem pedir ajuda. O segundo fator, refere-se a que quanto mais a mulher foi espancada pelos pais, mais inclinada é para permanecer com o marido abusivo. Por fim, estão fatores educacionais e ocupacionais, pois quanto menos recursos detêm, menos poder sentem e ficam mais presas ao matrimónio, sofrendo sem pedir ajuda.

De acordo com Walker (1994 *in* Marques, 2005), fatores que dificultam a rutura são: medo de retribuição (pois o maior risco é após a separação), medo de perder o controlo, de não ser levada a sério ou de que o abuso seja trivializado e de que a

culpem pelo abuso, medo, sentimento de culpa ou falta de confiança em si própria, mecanismos de resistência, minimização (a mulher tende a minimizar o abuso afirmando por exemplo “podia ter sido pior”), negação (a negação pode ser um modo de se defender de um conhecimento que pode ser muito doloroso de admitir), repressão (a lembrança do acontecimento doloroso é eliminado da consciência); dissociação (alteração da consciência ou rutura da personalidade, podendo ser excluídos do estado de consciência os eventos que envolvem a própria pessoa), confusão cognitiva (a experiência da mulher com as tentativas de conciliar as intenções do agressor podem levar a uma confusão do que é verdadeiro) e disfunção cognitiva (a diminuição da atenção e da concentração pode levar a deficits na habilidade para processar a informação ou mesmo a perda de memória de fatos mais recentes).

É de salientar que os fatores psicossociais supramencionados, que impedem a vítima de sair da relação abusiva, estão diretamente relacionados com os fatores de risco da Violência Conjugal, ora vejamos um exemplo: ao mesmo tempo que os fracos recursos financeiros podem ser um fator de risco da violência, podem também dificultar a saída da mulher da relação violenta.

De acordo com um estudo de Matos e Gonçalves (2000 *in* Costa, 2010) sobre os processos de construção da identidade da mulher maltratada no contexto da conjugalidade,

a interiorização de representações e discursos externos, produzidos pelo agressor e pela comunidade, levam à elaboração pela mulher de significações opressivas e desqualificadoras da sua identidade. Este facto limita a capacidade para identificar alternativas para a situação em que se encontra e reforça nelas um discurso de irresolução (p. 79).

“Daqui que a mudança tenha de ser entendida como um processo, adaptativo, gradual e assente na experiência da vida das pessoas” (Costa, 2010, p. 80).

Apesar dos inúmeros fatores/obstáculos apontados pelos diversos autores como dificultadores da rutura de relações conjugais abusivas, nos anos 1990 passou-se de uma perspetiva dominante da interpretação da mulher como vítima para a sua definição como sobrevivente (Costa, 2010). Sendo assim, as mulheres passaram a ser vistas como utilizadoras de recursos disponíveis, procurando ajuda para colocar em prática a sua decisão de abandonar a relação.

De acordo com Matos (2006), muitas mulheres, de facto, põem fim às relações onde são abusadas. No estudo de Campbell (1998 *in* Costa, 2010), para pôr fim à relação abusiva,

as estratégias mais usadas pelas mulheres incluíram a resolução de problemas específicos, entendidos pelas mulheres como parte integrante do abuso que sofriam, e a negociação da sua saída com o companheiro. Dois terços das mulheres saíram do relacionamento violento por abandono e um terço depois de negociarem a saída com o agressor (p. 77).

Segundo Walker, Logan, Jordan e Campbell (2004 *in* Matos, 2006), a existência de recursos suficientes ao nível económico, emprego e habitação, a presença de recursos interpessoais, ou seja, a qualidade e quantidade das redes de suporte social, a disponibilidade de recursos legais e de recursos de saúde, são fatores facilitadores da saída da relação abusiva.

No mesmo sentido, Ulrich (1998 *in* Matos, 2006) aponta como fatores facilitadores a independência financeira, o apoio social e os recursos legais, a segurança, o desenvolvimento pessoal, a aprendizagem acerca de si, da sua vitimação e da responsabilidade do agressor pelo abuso e o desejo de mudança.

Ainda, Anderson e Saunders (2003 *in* Matos, 2006) referem que as mulheres saem com maior probabilidade deste tipo de relações quando têm acesso regular aos filhos e aos sistemas de cuidados dirigidos a estes, quando têm transporte e quando dispõem de apoio social.

No que se refere à decisão de sair ou permanecer na relação abusiva, de acordo com um estudo de Short, McMahon, Chervin, Shelley, Lezin, Sloop e Dawkins (2000 *in* Matos, 2006), a decisão é vista pelas mulheres como uma escolha racional, onde são considerados os prós e os contras de cada situação. Por outro lado, a decisão de sair é vista pelas mulheres como o alcançar de um ponto de rutura. Alguns fatores preditores da saída são reavaliações sobre as circunstâncias da violência, reconsideração das suas próprias necessidades, a perceção de suporte social de outros significativos, do risco letal de que a violência física pode encerrar em si e das consequências destas circunstâncias para os filhos, acesso a grupos de mulheres que passaram pelas mesmas situações, a existência de leis que responsabilizam o agressor, a presença de recursos e acesso a ajuda intermédia antes de a mulher decidir sair.

Numa investigação de Matos e Gonçalves (2002 *in* Matos, 2006), a partir de uma experiência com um grupo de mulheres que saíram de uma relação abusiva, conclui-se

que existem dois processos distintos de saída da relação conjugal violenta: um padrão de saída é o resultado de um processo gradual, uma escolha construída a partir de um plano antecipado de procedimentos (e.g., com um guia de acção, com uma ponderação de riscos envolvidos) e pode ter sido auxiliado por um apoio técnico especializado; no outro padrão, a decisão de sair é precipitada por um episódio violento, que envolve um risco elevado para a integridade física da mulher (p. 126).

Em síntese, permanecer ou sair de uma relação abusiva depende do julgamento que a mulher faz das suas necessidades, alternativas e recursos a cada momento (Rusbult & Martiz, 1995 *in* Matos, 2006).

## **2.2. Modelo de Mudança das Sobreviventes de Relações Conjugais Abusivas**

Sair de uma relação abusiva representa um período de ajustamento a uma nova condição de vida. No entanto, sair desse tipo de relação nem sempre significa que a mulher passe a experienciar bem-estar imediato (Matos, 2006). De acordo com Anderson e Saunders (2003 *in* Matos, 2006, p. 130) “um número significativo de estudos indica que as mulheres que experimentaram o abuso e que saíram dessas relações têm igual quantidade ou mesmo mais sintomas de trauma (e.g., depressão) do que as mulheres que se mantêm em relações desse tipo”.

Mas, a separação também pode ter só um impacto positivo, podendo o bem-estar psicológico da vítima aumentar significativamente (Anderson & Saunders, 2003 *in* Matos, 2006). A preservação ou recuperação do bem-estar psicológico da mulher pode ser auxiliado por um conjunto de fatores que vão desde o fato de algumas mulheres terem acesso a múltiplos recursos de *coping* que lhes permitem exercer algum controlo sobre as suas vidas em geral a terem de lidar com stressores específicos que surjam nos seus quotidianos (Anderson & Saunders, 2003 *in* Matos, 2006).

Segundo Anderson e Saunders (2003 *in* Matos, 2006) a presença de recursos está relacionada com um ajustamento positivo nas mulheres maltratadas, com a

percepção de que a qualidade de vida aumentou após a separação, com uma maior valoração pessoal e com outras melhorias do ponto de vista psicológico.

Assim, “o bem-estar da mulher e a sua qualidade de vida estão significativamente relacionados com o apoio emocional efectivo e com outras formas de suporte articulados com uma postura de ausência de julgamento ou de críticas à mulher” (Matos, 2006, p. 134). Neste sentido, o ajustamento psicológico que as mulheres abusadas procuram fazer após a separação ocorre de forma gradual (Walker 2004 *in* Matos, 2006).

Em seguida apresenta-se um modelo de sobrevivência a relações maltratantes que parece assentar, predominantemente, na ideia de um processo gradual, de uma escolha construída, a partir do desenvolvimento de crenças de capacidade de sucesso. Matos (2006) apresenta uma abordagem a este modelo, sintetizando as perspectivas dos vários autores (e.g. Burke, 2001) que sugerem quatro etapas porque passam mulheres maltratadas na relação conjugal, desde o início do relacionamento até ao seu abandono. Abaixo retoma-se essa síntese efetuada por Matos (2006).

Na primeira etapa, intitulada de pré-contemplanção (Burke, Gielen, McDonnell, O' Campo & Maman, 2001) existe o estabelecimento da ligação afetiva (Landenburger, 1989, *cit. in* Anderson & Saunders, 2003), a entrada na relação (Mills, 1985, *cit. in* Wuest & Merrit-Gray, 1999). Nesta fase inicial, as mulheres tentam evitar conflitos, cedendo às exigências dos parceiros, com a esperança de que o afeto e o envolvimento de ambos os faça superar os problemas que enfrentam (Lempert, 1994, *cit. in* Kearney, 1999). Também é frequente as mulheres não reconhecerem desde logo o abuso (Burke & col., 2001). Para além disso, a vergonha sentida pela vítima pode inviabilizar esse reconhecimento (Kearney, 1999). Segundo Burke e col. (2001), a mulher não identifica ainda o abuso como um problema ou está ambivalente em relação à necessidade de mudança, dado que duvida se de fato existe um problema.

Na segunda etapa, denominada de contemplanção (Brown, 1997, *cit. in* Burke & col., 2001) a mulher envolve-se na gestão da própria violência (Mills, 1985, *cit. in* Wuest & Merrit-Gray, 1999). As estratégias preponderantes na gestão do problema são a negação, a minimização do abuso, as tentativas de dissociação dos efeitos psicológicos desencadeados por este, as tentativas de perceber o que está errado com a própria e procurar resolver o problema. Contudo é frequente as mulheres tentarem procurar falhas em si próprias para explicar a violência (Kearney, 1999).

Segundo Lempert (1994, *cit. in* Kearney, 1999), é esta procura de explicações que faz a mulher permanecer durante muitos anos na relação abusiva.

Ainda, segundo Silva (1995 *in* Branco, 2007),

atribuir-se a si própria culpa do que está a acontecer ou auto-culpabilizar-se é um tipo de reacção frequente entre as esposas agredidas que começam a procurar no seu próprio comportamento atitudes possíveis para explicar o comportamento agressivo do companheiro. É uma resposta adaptativa que corresponde à necessidade psicológica das pessoas se julgarem capazes de controlar aquilo que lhes acontece, de preservarem a sua confiança num mundo onde as coisas não acontecem por acaso e de atribuir um significado a acontecimentos que de outra forma seriam inexplicáveis (p. 89).

No entanto, algumas mulheres resistem, retaliando física e psicologicamente contra o parceiro, ou respondendo de outras formas, como chamando a polícia, separando-se temporariamente ou ativando mecanismos de protecção legais (Matos, 2006).

Nesta segunda etapa, a mulher já admite a violência como um problema (Brown, 1997, *cit. in* Burke & col., 2001). “Ao redefinir a relação como abusiva, a mulher percebe-se como vítima de um crime. Interiorizar a ideia de que está a ser maltratada injustamente, reconhecer o estatuto criminal dessa conduta e aceitar que tal está errado ou é legítimo tornam-se condições fundamentais para a mulher decidir pôr fim ao abuso” (Matos & Machado, 1999, p. 105). Existem outros elementos fundamentais para essa reinterpretação da violência: aumento dos níveis de violência; maior visibilidade da violência; redução dos momentos de afetos e de interações positivas com o parceiro; perda de esperança de que a relação melhore; decréscimo no nível de arrependimento expresso pelo agressor; existência de apoio por parte dos outros que ajudam a promover perspectivas alternativas sobre a situação; aumento dos recursos disponíveis; tomada de consciência dos efeitos do abuso nos filhos; reconhecimento gradual do impacto dos maus tratos o seu bem-estar em geral; emergência de sentimentos cada vez mais acentuados de perda, fracasso, revolta e medo (Anderson & Saunders, 2003; Ferraro & Johnson, 1983, *cit. in* Rosen & Stith). Segundo Kearney (1999, p. 106), “sair da relação pode ser uma hipótese avançada nesta etapa mas não ponderada de forma séria”.

A terceira etapa é designada de reavaliação da relação (Mills, 1985 *cit. in* Wuest & Merrit-Gray, 1999), ou seja, a mulher reconhece o abuso como um problema e começa a considerar as suas opções.

De acordo com Burke e col. (2001), algumas mulheres nesta fase continuam a alhear-se da situação, outras, porém, tencionam mudar e começam a desenvolver planos a curto prazo, fazendo alterações que reduzam os maus tratos e envolvendo-se na construção da mudança.

Segundo Merrit-Gray e Wuest (1995, p. 107) “à medida que pondera outras opções, a mulher começa a experimentar um sentido de libertação e, concomitantemente, um crescente desprendimento e desinteresse face ao agressor”.

Este processo de distanciamento face ao agressor pode, por exemplo, passar por criar um espaço pessoal, experimentar um novo relacionamento amoroso, fazer um plano de saída, tentar sobreviver às diferentes crises, fortalecer as capacidades pessoais, envolver-se em actividades recreativas, promover um maior investimento maternal e/ou profissional. Algumas mulheres optam, por exemplo, por evitar estar em casa, por se afastar emocionalmente do agressor, por evitar situações de intimidade e/ou por sair da relação por certos períodos de tempo. Outros exemplos passam por começar a chegar a casa mais tarde do que o costume, deixar de cuidar de objectos do parceiro, arranjar um emprego que a afasta de casa o maior tempo possível, separar os seus pertences dos do parceiro (Landerburger, 1989; Merrit-Gray & West, 1995, *cit. in* Anderson & Saunders, 2003, p. 107).

Esta transição entre contrariar o abuso e a fase de rutura da relação é progressiva (Matos, 2006), sendo que, segundo Burke e col. (2001), sair da relação é a estratégia mais mencionada pelas mulheres que conseguem romper com o abuso.

A última etapa é chamada de recuperação (Landerburger, 1989; Merrit-Gray & West, 1995, *cit. in* Anderson & Saunders, 2003). Após a rutura da relação, a mulher tenta manter as condições da mudança que alcançou utilizando várias estratégias para se manter livre do abuso (Burke & col., 2001). De acordo com Landerburger (1998, p. 108), “a primeira preocupação da mulher é «sobreviver»”.

Segundo West e Merrit-Gray (1999), nesta etapa, a mulher estabelece vários limites, desenvolve ou recupera competências de assertividade, inicia um projeto de vida alternativo e também aprende a viver com alguns riscos, isto quer dizer que desenvolve estratégias para readquirir controlo sobre a situação e estabelece uma nova condição de vida que julga ser permanente. É, portanto, um processo de «reclamação e manutenção do seu próprio território», ou seja, de limitar o seu espaço e manter a sua decisão (Matos, 2006). Esta fase poderá, também, ser de grande vulnerabilidade emocional, pois frequentemente a mulher tem de justificar a decisão de ter abandonado a relação violenta (Matos, 2006).

Na perspectiva de West e Merrit-Gray (1999), embora na fase inicial da saída da relação estas mulheres necessitem de apoio, o esforço necessário para manter a separação ambicionada e evitar o regresso pode requerer uma intensificação prolongada desse apoio.

Nesta última etapa de mudança, a mulher continua a envolver-se em atividades que a ajudam a afastar-se mais do parceiro agressor e/ou sair de modo definitivo da relação, como a focalização noutras áreas de vida, a procura de suporte social, a elaboração de planos de segurança, a tomada de pequenas decisões que promovem o sentido de autoeficácia e auto valoração (Merrit-Gray & West, 1995; NiCarthy, 1987 *cit. in* Anderson & Saunders, 2003).

Matos (2006) defende, no entanto, que estas etapas não são estanques nem sequenciais, pois muitas vezes o receio das consequências da mudança para a própria, para a relação e face aos outros leva a um questionamento permanente acerca das vantagens/desvantagens da mudança, tornando a mulher ambivalente. No fundo, as motivações e convicções para mudar podem sofrer alterações devido a inúmeros fatores ao longo de todas as fases.

Parece, ainda, que pode haver uma grande diversidade de processos de mudança. Por exemplo, existem casais que conseguem cessar a violência sem haver uma separação. Por outro lado, ainda não é certo que a saída da mulher seja sinónimo de mudança e de cessação da violência, pois segundo Fleury (2000), uma em cada cinco mulheres separadas continua a ser agredida pelo anterior parceiro. Ainda, Wilson e Daly (1993) concluíram que em alguns países, designadamente na Austrália, no Canadá e nos E.U.A, as mulheres estão em muito maior risco (duas a quatro vezes mais) de serem mortas pelos seus parceiros no seguimento de uma separação do que quando vivem com um parceiro agressor. Portanto, nestes últimos casos, na fase de rutura, o medo pode significar uma forma de proteção (Hydén, 1999).

Pelo fato de existirem diversos processos de rutura das relações abusivas, é que Matos (2006, p. 117) defende que não deveríamos falar em mudança mas sim em “cenários de mudança”.

O modelo de mudança apresentado atrás pode estar relacionado com a teoria do Ciclo da Violência Doméstica. Ora vejamos, se em relações abusivas, numa primeira etapa, existe o estabelecimento da ligação afetiva, obedecendo a mulher às exigências do parceiro para evitar conflitos, no ciclo da violência podemos falar em aumento da tensão, onde o agressor começa a praticar algum tipo de violência e ameaças. Na segunda etapa do modelo, a mulher envolve-se na gestão da própria violência, o que poderá ser uma resposta ao ataque violento do agressor que

encontramos na segunda fase da teoria da violência doméstica. Após esta etapa, a mulher faz uma reavaliação da relação, numa fase do ciclo denominada lua-de-mel, onde o parceiro agressivo tenta a todo o custo manter a sua relação, com promessas de mudança.

Não podemos esquecer, no entanto que o ciclo da violência é um sistema circular, com um padrão de interação sistemático, portanto só quando há rutura do ciclo, quando existe a saída efetiva da relação, é que podemos falar na etapa de recuperação, onde a mulher encontra estratégias que a protegem e mantêm fora da relação abusiva.

Importa reafirmar que existem fatores que facilitam a mudança, destacando-se reconhecer o carácter criminal do abuso e responsabilizar o agressor, ser capaz de imunizar face às definições que o parceiro sustenta acerca de si e da conjugalidade violenta, envolver-se em reinterpretações da violência, ter uma consciência ampla dos riscos e dos efeitos da violência, nomeadamente a nível do *self*, ponderar os prós e contras da mudança e as alternativas face ao abuso, procurar ajuda exterior e dispor de apoio de outros, promover o *empowerment*, centralizar-se nas necessidades pessoais (Matos, 2006, pp. 112-113).

No que diz respeito aos fatores que favorecem a consolidação da mudança evidenciam-se “a vigilância face à revitimação, a capacidade de usar o sistema de apoio, o reconhecimento da mudança pelos outros” (Matos, 2006, p. 113).

Contudo, de acordo com Matos (2006) interromper o abuso é um processo complexo e não podemos cair no erro de responsabilizar a mulher, pois existem questões socioculturais subjacentes, tendo, quer o parceiro, quer os outros significativos, quer mesmo os técnicos de apoio, um papel fulcral na cessação do abuso.

### **3. O Início de Novas Relações Amorosas em Mulheres Sobreviventes de Violência Conjugal**

No último tópico da revisão de literatura, refletimos sobre o início de novas relações amorosas em mulheres sobreviventes de Violência Conjugal.

Neste estudo pretende-se conhecer as crenças acerca da Violência Conjugal e os valores de vida de modo a perceber como estas mulheres se perspetivam no que

concerne ao início de novas relações amorosas. Sendo assim, começamos este ponto por abordar as crenças sobre a Violência Conjugal e depois os valores de vida. Finalmente, refletimos sobre as perspectivas sobre o início de novas relações, a fim de perceber se as crenças e os valores influenciam as perspectivas.

### **3.1. Crenças sobre Violência Conjugal**

A violência entre casais funciona muitas vezes como a única forma de comunicação e de resolver conflitos, e se homens e mulheres agredem e são agredidos, o foco deve, então, recair em como se constroem tais relacionamentos e quais os efeitos para o casamento e para os intervenientes (Alvim, 2003 *cit. in* Oliveira & Souza, 2006). Isto quer dizer que se deve tentar investigar as propriedades e o funcionamento de uma relação conjugal, emoções, sentimentos, sensibilidades, conciliações, interações diárias e divergências dentro de um contexto histórico-cultural (Alvim, 2003 *cit. in* Oliveira & Souza, 2006).

Segundo Beck (1990 *in* Matos & Cláudio, 2010), a forma como interpretamos e avaliamos aquilo que nos rodeia depende essencialmente de fenómenos cognitivos dotados de alguma estabilidade, ou seja, as crenças. Sendo assim, a questão que se coloca é de que forma as crenças em torno da violência contribuem para a vitimação e para a irresolução do problema (Machado, Matos & Gonçalves, 2008). As crenças podem dificultar a rutura da relação conjugal abusiva pois, como vimos anteriormente, por exemplo, as mulheres que vivenciaram violência na família de origem tendem a naturalizar a violência nas relações conjugais e, portanto, torna-se mais difícil perceberem-se como vítimas de um crime (Amnistia Internacional Portuguesa, 2006). Para além disso, a crença em que os maridos mudarão (Tuninger, 1971 *in* Marques, 2005) e que os filhos devem estar junto do pai (Amnistia Internacional Portuguesa, 2006) faz muitas vezes a mulher permanecer na relação violenta.

As crenças, enquanto conteúdos específicos dos esquemas cognitivos desempenham um papel fundamental no processamento cognitivo de informação (Beck, 1990 *in* Matos & Cláudio, 2010). Sendo assim, “a forma mais comum de analisar as crenças passa pelo estudo das atitudes do indivíduo, descritas como predisposições para avaliar determinados objectos de forma favorável ou desfavorável, por estas serem uma expressão directa das crenças do indivíduo” (Ajzen & Cote, 2008; Schwarz, 2008 *cit. in* Matos & Cláudio, 2010, p. 3206). As atitudes exercem forte influência sobre o comportamento e os processos de tomada de decisão do indivíduo, quer seja de forma direta ou indireta (Ajzen, 1988; Fazio, 1990 *in* Matos & Cláudio, 2010).

Neste âmbito, e de acordo com Bandura (1979 *cit in* Mendes & Cláudio, 2010), a forma como avaliamos a Violência Conjugal determina o nosso comportamento. Logo, se tivermos crenças que validem a violência, as nossas atitudes influenciam o nosso comportamento de legitimação da violência.

Sendo assim, as crenças acerca da Violência Conjugal podem influenciar o comportamento dos envolvidos nas dinâmicas abusivas, como também a prática dos profissionais a intervir na problemática. As crenças podem ter um grande impacto nas normas sociais pelas quais as comunidades se guiam e podem modificar a percepção que a sociedade tem da Violência Conjugal (Fortune, 2001 *in* Machado, Matos & Gonçalves, 2008). Neste sentido, avaliar as crenças sociais e culturais acerca da Violência Conjugal permite-nos compreender as reações dos sujeitos envolvidos e perceber o enquadramento cultural em que surgem. Para além disso, conhecer as crenças acerca da violência permite um melhor entendimento sobre a forma como as mulheres sobreviventes de Violência Conjugal se perspetivam em novas relações.

Num estudo realizado na Região Autónoma dos Açores, coordenado por Rocha (2010), que procurou conhecer as crenças sobre Violência Conjugal de 16 mulheres vítimas de Violência, obtiveram-se as seguintes conclusões:

- (1) As crenças que legitimam a violência tendem, em regra, a não receber o apoio das vítimas (Rocha & col., 2010, p. 176).
- (2) As situações que mereceram uma atitude de maior repúdio pelas vítimas referem-se à banalização da pequena violência. “Eventualmente, o impacto psicológico decorrente das experiências de vitimização, associado à oportunidade real de saírem do contexto agressivo, contribui para que estas mulheres não considerem as agressões dos seus parceiros como episódios sem significado” (Rocha & col., 2010, p. 176).
- (3) No entanto, estas vítimas parecem ter dificuldade em se desapegar das ideias que justificam as agressões pela conduta da mulher, ou seja, aspetos de socialização que contribuem para a desigualdade do poder dentro das famílias ainda parecem estar presentes nas conceções destas mulheres.
- (4) Este grupo de mulheres parece, ainda, ser complacente com ideias que refletem a externalização da responsabilidade da violência, considerando fatores como o desemprego, o consumo de drogas e do álcool, problemas de dinheiro, entre outros, responsáveis pela prática da Violência Conjugal. “Este aspecto coincide com conclusões alcançadas noutros estudos, onde as mulheres maltratadas expressam perda do controlo da sua vida pessoal,

remetendo-as para factores externos” (Gomez, Méndez-Valdivia, Izquierdo, Muñiz, Díaz, Herrero, Coto, 2002 *in* Rocha & col., 2010, p. 178).

- (5) As mulheres inquiridas parecem ainda estar reféns de crenças sobre estereótipos de privacidade familiar, ou seja, tendem a olhar para a violência como um assunto privado no qual ninguém deve interferir. Esta tendência reflete o que noutros estudos se designa por isolamento (geográfico, físico, afetivo e social) (Costa, 2005 *in* Rocha & col., 2010), que inibe a criação de situações que exponham o comportamento agressivo e dificultem a rutura da relação (Rocha & col., 2010).

Em suma, pelas respostas dadas pelas vítimas de Violência Conjugal, parece haver uma atitude generalizada de não legitimação da violência; no entanto prevalecem alguns pensamentos que culpabilizam a vítima, que autorizam a violência como defesa da privacidade familiar e que atribuem a responsabilidade da violência a causas externas.

### **3.2. Valores de Vida**

A forma como nos perspetivamos no futuro está relacionada com os nossos valores de vida, com aquilo que defendemos e acreditamos ser o melhor para nós. Os valores “funcionam como padrões que guiam a maneira como um indivíduo deve viver; são estruturas cognitivas (ou esquemas) que possuem dimensões afectivas e comportamentais e, portanto, são construídos a partir do contexto cultural no qual o indivíduo está inserido” (Brown, 2002 *in* Lassance, 2010, p. 28), determinando o tipo de objetivos que as pessoas procuram atingir nas suas vidas (Rokeach, 1973; Super, 1995 *in* Lassance, 2010). Os valores transcendem as situações e impõem-se como influências no comportamento humano, permitindo que as pessoas definam os objetivos que se propõem alcançar no futuro; contribuem para o estabelecimento de metas que cada indivíduo pretende alcançar nas mais diversas esferas da vida (Rokeach, 1973; Super, 1995 *in* Lassance, 2010). Logo, se os valores de vida influenciam o comportamento das pessoas, parece pertinente conhecer os valores de vida das mulheres sobreviventes de Violência Conjugal. Desvendar se são norteadas por metas irrealistas e de alto risco ou por um processo gradual de escolhas construídas pode ajudar a balizar a intervenção junto deste grupo populacional.

O papel da mulher na sociedade tem sofrido alterações ao longo do tempo, e portanto a mulher vive um período de adaptação perante as novas oportunidades que lhe surgem, com implicações no seu sistema de valores (Almeida, 2005).

Estudos de Betz (1982, 1984 *in* Almeida, 2005) com mulheres à procura de emprego evidenciam diferenças, nos valores, entre as que trabalham fora de casa e as domésticas. Neste sentido, Yuen, Tinsley e Tinsley (1980 *in* Almeida, 2005), mostram que as mulheres orientadas para a carreira têm mais necessidade de atividade e responsabilidade e as mulheres domésticas têm menos necessidade de segurança e de valores morais. Ainda, num estudo efetuado por Almeida (2005), com o objetivo de perceber a importância dos valores no desenvolvimento da carreira das mulheres, conclui-se que para aquelas os valores mais elevados são Responsabilidade, Preocupação com os outros, Realização, Lealdade à família e ao grupo e Independência. Os valores mais baixos são Compreensão Científica e Humildade.

Não podemos deixar de fazer um paralelo quando passamos para o âmbito da Violência Conjugal. Viu-se que as questões referentes à Independência, tanto a nível financeiro, como de emprego ou de habitação, desempenham um papel de relevo na rutura com a violência, pois são elementos preponderantes e facilitadores na decisão de abandonar a relação abusiva (Walker & col., 2004). Contrariamente, a Responsabilidade, valor igualmente apontado pelas participantes, pode tender a perpetuar a vitimação silenciosa, pois pode ser muito associada a pensamentos de proteção dos filhos no lar (Amnistia Internacional Portuguesa, 2006). Outros valores que eventualmente podem contribuir para essa perpetuação são a Lealdade à família e ao grupo e a Preocupação com os outros.

Após a saída da relação abusiva, Senter e Caldwell (2002 *in* Sousa, 2010, pp. 7-8) “verificaram que as mulheres sentiam ter alcançado não só relações interpessoais mais próximas e satisfatórias, mas também uma maior sabedoria e consciência das suas forças internas, uma evolução a nível da sua religiosidade e espiritualidade, e uma maior compaixão e altruísmo em relação a pessoas em situações semelhantes”, existindo assim uma evolução ao nível dos valores de espiritualidade e preocupação com os outros.

Os valores têm sido, também, relacionados com importantes aspetos da satisfação conjugal (Vaitkus, 1995 *in* Almeida, 2005). Coombs (1966, citado por Brown, 1996 *in* Almeida, 2005, p. 154) “chegou à conclusão que, durante o namoro, os parceiros estão mais satisfeitos quando acreditam que o seu respectivo companheiro partilha os mesmos valores de vida”. Portanto, “os valores influenciam todas as esferas da vida do sujeito, desde o trabalho, ao casamento” (Almeida, 2005, p. 157).

### **3.3. Perspetivas sobre o início de novas relações**

Neste ponto do trabalho refletimos sobre as perspetivas sobre o início de novas relações. Para o efeito, abordamos os papéis sociais, as expectativas futuras e o suporte social. O papel que as mulheres mais valorizam, o que esperam para o futuro e a quem recorrem quando necessitam de apoio permite-nos aceder às perspetivas sobre o início de novas relações.

#### **3.3.1. Papéis sociais**

Os valores de vida dos indivíduos estão também relacionados com os papéis sociais desempenhados por cada um, num dado momento da vida, logo passamos de seguida a uma breve revisão acerca destes.

Ao longo do ciclo de vida, cada pessoa vai desempenhando diferentes papéis (Super, 1957, 1980 *in* Lassance & Sarriera, 2009). Na idade adulta ganha saliência o de trabalhador, não apenas pelas implicações que comporta para outros papéis e espaços de vida, como os ligados à família, ao lazer e à educação, como pela importância sociocultural. Ter o papel de carreira comprometido, numa sociedade ainda eivada pelo patriarcalismo, pode devolver aos sujeitos masculinos sentimentos de frustração e originar comportamentos de agressão. Com efeito, um contexto sociocultural de dominação masculina e de atribuição à mulher de um papel circunscrito à casa e à família (Dobash & Dobash, 1979 *in* Dias, 2004; Magalhães, 2010; Amnistia Internacional Portuguesa, 2006) pode ser facilitador de comportamentos de poder e de abuso de poder por parte do homem.

Passando para a vítima, não é estranho afirmar-se que ela se encontra oprimida por fatores debilitantes (Magalhães, 2010), entre os quais o de não desempenhar o papel de trabalhador (estar desempregado), o que lhe subtrai autonomia e independência. Mas a ocupação de diferentes papéis traz outras vantagens, como ampliar o leque de relações sociais (fator protetor) e o despertar a mulher vítima para áreas da vida onde ela pode ter sucesso. Este sucesso pode ser um elemento de *empowerment* para um futuro mais positivo.

“A satisfação na vida depende da realização de vários papéis de vida que satisfazem os valores essenciais” (Almeida, 2005, p. 189). Muitos estudos sustentam a hipótese de que a simultaneidade no desempenho de papéis pode enriquecer a vida e ser uma fonte de satisfação, uma vez que a diversidade destes pode auxiliar o indivíduo a dar vazão a um maior número de habilidades, interesses e valores

(Kanungo, 1982; Super, 1980, 1996 *in* Lassance & Sarriera, 2009). Podemos assim inferir que no processo de sobrevivência a uma relação conjugal violenta, a mulher quando imersa em vários papéis e atividades, onde pode trabalhar habilidades e interesses, vai superando a situação e desenvolvendo competências para alcançar o bem-estar psicológico que pretende (Sousa, 2010).

### **3.3.2. Expetativas Futuras**

Entende-se por expetativas, as convicções de uma pessoa sobre determinadas variáveis. A importância das expetativas reside no fato, destas influenciarem as decisões que as pessoas tomam. As expetativas podem ser em relação aos outros e a nós próprios, podem ser positivas ou negativas (Nunes, 2009). Neste sentido, é importante conhecer as expetativas das mulheres sobreviventes de violência e de que forma estas influenciam a decisão de iniciar uma nova relação.

As mulheres sobreviventes de Violência Conjugal, de acordo com o estudo de Sousa (2010) quando inquiridas sobre como se projetam no futuro focam-se essencialmente no parceiro, nos filhos, na auto percepção ou na área económica/profissional. Quanto a como se vêm daí a cinco anos, três em seis responderam que se imaginam com parceiro, igual no amor ou ainda melhor, com os filhos felizes e até a ser mãe, imaginam-se felizes, com saúde e mais fortes e também com promoções profissionais, com menos dificuldades financeiras e com casa própria (Sousa, 2010). As inquiridas refletem, então, uma “atitude positiva, imaginando-se realizadas no que concerne aos filhos, mais felizes, fortes e autónomas. Quanto a futuras relações íntimas, as opiniões dividem-se demonstrando, no entanto, poder de decisão das mulheres em querer ou não envolver-se numa relação íntima” (Sousa, 2010, p. 38). No mesmo estudo, relativamente às características que as participantes valorizam em si, no momento após o processo de apoio e saída da relação, destacam-se a coragem, a autoconfiança, a motivação, a perseverança, o ser trabalhadora, o otimismo, o ser carinhosa, a espontaneidade e a autoestima (Sousa, 2010).

As expetativas destas mulheres parecem estar relacionadas com os valores de vida. Como vimos antes, a independência, a responsabilidade, a realização, a preocupação com os outros e a lealdade à família e ao grupo são aspetos valorizados pelas mulheres (Almeida, 2005), sendo que quando se projetam no futuro imaginam-se realizadas em relação a si e aos filhos.

### 3.3.3. Suporte Social

“Quando os vários autores se referem ao Suporte Social tendem a defini-lo em termos de conteúdo funcional das relações que abrange o grau de envolvimento afectivo-emocional ou instrumental, a ajuda ou a informação” (Ornelas, 2008, p. 192).

Dunst e Trivette (1990 *in* Ribeiro, 1999) definem suporte social como os recursos ao dispor dos indivíduos e unidades sociais em resposta aos pedidos de ajuda e assistência. Os mesmos autores (Dunst e Trivette, 1990 *in* Ribeiro, 1999) distinguem duas fontes de suporte social: formal e informal. As primeiras abrangem, as redes de suporte social formal abrangem tanto as organizações sociais formais (hospitais, programas governamentais, serviços de saúde) como os profissionais (médicos, assistentes sociais, psicólogos) que estão organizados para fornecer assistência ou ajuda às pessoas necessitadas. As segundas incluem, simultaneamente, os indivíduos (familiares, amigos, vizinhos) e os grupos sociais (clubes, igreja) que são passíveis de fornecer apoio nas atividades do dia-a-dia em resposta aos acontecimentos da vida.

A rede formal de suporte é fundamental, pois as mulheres podem necessitar de apoio para compreenderem a sua situação e para reconhecerem as estratégias de poder que os parceiros exercem sobre elas. Os serviços nesta área disponibilizam, assim, apoio especializado a mulheres em situação de violência, fortalecendo o seu *empowerment* (Ornelas, 2008). Segundo Harris (2001 *in* Machado, Matos, Saavedra, Cruz, Antunes, Pereira, Rato, Pereira, Carvalho & Capitão, 2009) a vítima, junto dos serviços em geral, deseja proteção, encontrar um local seguro, retirar o agressor de casa, aconselhar-se sobre como gerir as situações de violência, apresentar queixa ou receber tratamento médico para as lesões.

No entanto, a rede informal parece ser a primeira a quem as vítimas de violência recorrem, pois segundo Wellman (1992 *in* Ornelas, 2008, p. 208) “os familiares compõem cerca de 30% dos laços activos”.

Porém, são os amigos e os vizinhos os mais interpelados pelas vítimas, pois segundo Hays (1988 *in* Ornelas, 2008, pp.210-211) estes “constituem cerca de metade das redes activas íntimas de um indivíduo e, normalmente, são cerca de metade dos laços responsáveis pelos diferentes tipos de suporte recebido”.

Em particular, os vizinhos parecem constituir um recurso muito frequente na vida quotidiana das vítimas, nomeadamente, “na ajuda de resolução de problemas relacionados com crianças, com a casa e com os cônjuges” (Ornelas, 2008, p. 212). “A proximidade dos vizinhos facilita a existência de contactos frequentes, o

desenvolvimento de um tecido de conexões densas, uma consciência mútua dos problemas e facilidades na prestação rápida e eficaz de ajuda” (Ornelas, 2008, p. 211).

Outros autores (Hoff, 1990; Molina, 1999; Syers-McNairy, 1990; Tutty, 1998 *in* Matos, 2006) reiteram a importância do suporte social da família, dos amigos, dos grupos de suporte e de novos parceiros no período pós-separação.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2004), o suporte social, o apoio da família e dos amigos são fatores protetores da violência. Por consequência, a falta de apoio familiar e social dificulta a ruptura da relação abusiva (Amnistia Internacional Portuguesa, 2006). Para além disso, a percepção de suporte social de outros significativos é um fator facilitador da saída (Short, McMahon, Chervin, Shelley, Lezin, Sloop & Dawkins, 2000 *in* Matos, 2006). Ainda o ajustamento psicológico, o bem-estar e qualidade de vida da mulher após a saída da relação depende do suporte social (Matos, 2006; Walker, 2004 *in* Matos, 2006).

Conclui-se assim que, “a existência de uma rede de suporte social é importante para que a mulher vítima de violência consiga superar os efeitos indesejáveis resultantes dessa experiência abusiva” (Sani & Cunha, 2011, p. 430). Por sua vez, a rede de suporte social continua a fazer todo o sentido junto de mulheres sobreviventes. No estudo de Sousa (2010), as mulheres que se libertaram da relação abusiva apontam como elementos importantes para a nova fase de vida a família, os amigos/conhecidos, os elementos do sistema judicial e as diversas atividades (Sousa, 2010). Ainda, Ornelas (2008) refere que normalmente estas mulheres recorrem a familiares, amigos ou vizinhos ou então as redes de apoio. Também Dias (2004) afirma que, durante o processo de sobrevivência a uma relação conjugal violenta, a mulher procura ajuda em várias fontes, desde a família, aos amigos e à rede formal de suporte (Dias, 2004).

## PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

---

## 1. Metodologia

A abordagem teórica realizada na Parte I permitiu-nos ficar com uma noção mais clara acerca da problemática focada no presente estudo, com o intuito de conhecer as perspetivas de mulheres sobreviventes de Violência Conjugal acerca do início de novas relações.

Nesta Parte, centramo-nos sobre a vertente empírica deste trabalho. Para tal, apresentamos as questões de investigação, o *design* metodológico, os participantes, os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, bem como os procedimentos adotados na análise dos mesmos e alguns princípios e considerações éticas. Por fim, procedemos à apresentação, análise e discussão dos dados recolhidos.

### 1.1. Questão de Investigação

Estudar casos de mulheres sobreviventes, com especial atenção para os que correspondam a novas relações de tipo conjugal, pode contribuir para entender o modo como estas mulheres se perspetivam na nova relação e na vida em geral. Esse entendimento poderá afigurar-se útil na abordagem formal a essas situações, isto é, oferecer algumas pistas que possam beneficiar a ação desenvolvida ao nível do apoio social formal prestado a essas mulheres. É neste enquadramento que se formula a questão de partida que orienta esta investigação: **Como são perspetivadas novas relações amorosas por mulheres sobreviventes de Violência Conjugal?**

Numa tentativa de maior compreensão desta questão, optou-se, previamente, por tentar perceber quais as crenças destas mulheres relativamente à Violência Conjugal e quais os seus valores de vida. As crenças são preditivas do comportamento, e os valores são objetivos que se pretendem alcançar, logo recolher informação que caracterize as crenças e os valores pode enriquecer as possibilidades do quadro interpretativo das perspetivas sobre o início de novas relações.

Neste sentido, formularam-se duas questões subsidiárias, de maior especificidade, com a finalidade de compreender/contextualizar as perspetivas sobre as novas relações:

1. Quais as crenças relativas à Violência Conjugal presentes em mulheres sobreviventes de Violência Conjugal?
2. Quais os valores de vida mais significativos de mulheres sobreviventes de Violência Conjugal?

## **1.2. Design Metodológico**

Partindo do pressuposto que a presente investigação pretende aceder às perspetivas sobre o início de novas relações de mulheres sobreviventes de Violência Conjugal, a abordagem qualitativa afirmou-se uma opção metodológica útil.

Genericamente, a investigação qualitativa procura compreender e interpretar os fenómenos, sem pretender alcançar generalizações (Sampiere, Collado & Lucio, 2006). Neste caso, procura-se compreender e interpretar as perspetivas sobre o início de novas relações. Valoriza-se a profundidade aos dados, a dispersão, a interpretação, a contextualização, os detalhes e as experiências únicas (Sampiere, Collado & Lucio, 2006). Daí que se tenha, em primeiro lugar, procurado conhecer as crenças e os valores de vida das participantes.

Trata-se, também, de um estudo exploratório, pois visa analisar um tema pouco estudado, acerca do qual persistem muitas interrogações (Sampiere, Collado & Lucio, 2006). Concretamente, no que concerne à realidade da ilha de São Miguel, a partir da literatura a que tivemos acesso, verifica-se que a maioria dos estudos já realizados incide sobre a violência conjugal (e.g. Rocha & col., 2010) e não sobre as perspetivas acerca de novas relações.

Esta investigação possui, ainda, uma abordagem descritiva, isto é, procura descrever situações ou acontecimentos, especificar características de pessoas ou grupos a partir de questões formuladas ou selecionadas (Sampiere, Collado & Lucio, 2006). Especificamente, este trabalho procura descrever as crenças acerca da Violência Conjugal e os valores de vida de mulheres sobreviventes de Violência Conjugal de modo a melhor conhecer as suas perspetivas sobre o início de novas relações.

Sendo assim, os estudos exploratórios procuram descobrir, os descritivos procuram informação que descreva o fenómeno. No presente estudo integra-se ambos com o objetivo de conhecer e descrever as perspetivas de mulheres sobreviventes de Violência Conjugal acerca do início de novas relações amorosas.

## **1.3. Participantes**

Através da colaboração da Equipa Multidisciplinar Especializada de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco e do Centro de Apoio à Mulher, foi possível

identificar 16 mulheres sobreviventes de Violência Conjugal para participarem neste estudo. Usou-se como critério único de seleção a ruptura definitiva com o relacionamento abusivo.

A caracterização das participantes é efetuada atendendo aos seguintes aspetos: idade, nível de escolaridade, profissão, estado civil, número de filhos, duração da relação conjugal, período de vitimação na relação, violência na família de origem, fonte de apoio, novas relações, duração das novas relações e avaliação das novas relações. Estes dados provêm de uma ficha apresentada na secção dos instrumentos. Uma síntese desta informação pode ser consultada em anexo (Anexo I).

Assim, as dezasseis senhoras sobreviventes de Violência Conjugal apresentam idades entre os 28 e 54 anos, sendo que 10 destas situam-se na faixa etária dos 31 aos 39 anos; a média das idades corresponde a 39,5 anos. Em termos escolares e profissionais, o nível de escolaridade, varia entre o 4.º e o 12.º ano, sendo, contudo, predominante um nível de escolaridade inferior: seis participantes têm o 4.º ano e cinco têm o 9.º ano. O trabalho que exercem reflete, de algum modo, a baixa qualificação: três são empregadas domésticas, duas são auxiliares de serviços gerais, uma é assistente operacional, uma é empregada de indústria e uma é empregada de balcão. Ainda, quatro encontram-se desempregadas, duas são domésticas e uma é estudante

No respeitante à dimensão familiar, estas senhoras, na sua maioria, encontram-se divorciadas (12 participantes), estando apenas duas solteiras e duas ainda casadas mas em processo de divórcio. Todas as participantes possuem filhos, à exceção de uma que não tem. Quanto à duração da relação abusiva, regista-se uma grande heterogeneidade no total das 16 senhoras, variando entre um ano e cinco meses e 32 anos, sendo que oito das participantes permaneceram na relação violenta entre 10 a 19 anos.

Em metade dos casos, sempre ocorreram agressões e nas restantes, as agressões começaram depois de algum tempo de relacionamento. Das 16 entrevistadas, 10 relatam que não ocorriam situações de violência na família de origem, as restantes dizem ter vivenciado estes comportamentos. No que concerne ao suporte social, a família, as redes de apoio, os amigos, os vizinhos, a polícia e os colegas foram os mencionados como fontes de apoio pelas participantes.

No que toca ao início de novas relações, nove das participantes referem já ter iniciado, no entanto, apenas sete mantêm um relacionamento no momento, estes relacionamentos são recentes e segundo as participantes estão no geral a correr bem.

#### 1.4. Instrumentos e Procedimentos de Recolha de Dados

Neste estudo, a recolha de dados assentou na técnica de entrevista estruturada e semiestruturada.

“Uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas (Morgan, 1998), dirigida por uma das pessoas, com o objectivo de obter informações sobre a outra” (Biklen & Bogdan, 1994, p.134).

A entrevista estruturada é composta por questões de resposta fechada proporcionando uma maior uniformização da informação recolhida, uma vez que as questões são formuladas sempre da mesma forma e pela mesma ordem a todos os sujeitos. Tem como principal vantagem facilitar a análise dos dados e permitir a replicação do estudo (Benjamin & Rodolphe, 2001).

A entrevista semiestruturada caracteriza-se pela existência de um guião de entrevista previamente preparado que serve de eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista, procura garantir que os diversos participantes respondam às mesmas questões, não exige uma ordem rígida das questões, mantendo um elevado grau de flexibilidade na sua exploração. As suas principais vantagens são possibilitar a seleção de temáticas para aprofundamento e permitir a introdução de novas questões (Benjamin & Rodolphe, 2001); para além disso a pouca diretividade das questões permite recolher testemunhos e interpretações (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Tendo em conta estes aspetos e conjugando-os com as questões do estudo foi elaborado um modelo de entrevista (Anexo II) com quatro partes, inspirado no modelo de Hayman (1984).

A primeira parte intitulada *Identificação e Legitimação*, teve como finalidade explicar às participantes em que âmbito surgiu o trabalho, esclarecer os objetivos da entrevista, clarificar o modo de difusão dos resultados, solicitar a autorização para a realização das fases subsequentes e garantir toda a confidencialidade dos dados recolhidos. A segunda parte, *Entrevista Estruturada*, foi composta por questões de resposta fechada que permitiram recolher dados de natureza sociodemográfica, dados sobre crenças relativas à Violência Conjugal e sobre os valores de vida. A terceira parte, *Entrevista Semiestruturada*, visou recolher dados sobre perspetivas acerca do início de novas relações, sendo utilizado para o efeito um guião da entrevista e um gravador áudio. A quarta parte, *Finalização da Entrevista*, serviu para agradecer a colaboração e disponibilizar esclarecimentos adicionais. Ao longo de todo o processo

atendeu-se aos aspetos éticos, razão porque também se elaborou um documento de Consentimento Informado (Anexo III)

Como suporte à realização da segunda parte da entrevista - a entrevista estruturada - foram utilizados três instrumentos de recolha de dados: Ficha de Caracterização Sociodemográfica, Escala de Crenças da Violência Conjugal e Inventário de Valores de Vida, os quais embora de resposta fechada, foram analisados de acordo com o paradigma interpretativo. Como suporte à componente semiestruturada do processo de entrevista foi concebido e utilizado um Guião de Entrevista. Passa-se a apresentar cada um dos instrumentos.

#### **1.4.1. Ficha de Caracterização Sociodemográfica**

O primeiro instrumento de recolha de dados utilizado neste estudo foi a Ficha de Caracterização Sociodemográfica (Anexo IV). Este instrumento contém itens que pretendem descrever o grupo de acordo com os seguintes parâmetros, idade, nível de escolaridade, profissão, estado civil, número de filhos, duração da relação conjugal, período de vitimação na relação, violência na família de origem, fonte de apoio, novas relações, duração das novas relações e avaliação das novas relações. A Ficha foi construída com o objetivo de proporcionar informações que possibilitassem uma breve caracterização das participantes do estudo, salvaguardando a privacidade e anonimato das mesmas.

#### **1.4.2. Escala de Crenças da Violência Conjugal (ECVC)**

O segundo instrumento de recolha de dados utilizado foi a Escala de Crenças da Violência Conjugal – ECVC (Matos, Machado & Gonçalves, 2000) (Anexo V). A ECVC permite avaliar as crenças em relação à violência física e psicológica exercida no contexto de relações de tipo conjugal.

A escala é composta por 25 itens, resposta *Likert*, em que os itens são cotados de 1 a 5. A escala pode ser utilizada para a população adulta em geral e pode ser administrada individualmente ou em grupo, sem tempo limite.

A ECVC foi construída e validada para a população portuguesa, tendo sido efetuados dois estudos, com o objetivo de garantir a validade da informação recolhida, controlar erros que ponham em causa o significado dos resultados e a sua generalização a outras amostras (Matos, Machado & Gonçalves, 2000). Segundo os autores da escala os resultados obtidos são bastante satisfatórios.

A pontuação total da escala obtém-se através da soma direta das respostas das participantes a cada um dos itens e pode variar entre 25 e 125. Esta pontuação total mede o grau de tolerância/aceitação da pessoa no que respeita à Violência Conjugal, ou seja, quanto maior a pontuação na escala, maior a tendência de legitimação da violência. De acordo com os seus autores (Matos, Machado & Gonçalves, 2006), a escala oferece, ainda, a pontuação em quatro fatores, permitindo perceber melhor o tipo de crenças específicas envolvidas na tolerância à violência.

Os quatro fatores que compõem a escala são:

1. Legitimação e banalização da pequena violência: conjunto de crenças que normalizam e banalizam a pequena violência (e.g., bofetadas, insultos), a qual é considerada como comum, normal ou pouco grave. A pontuação no fator 1 pode variar entre 16 e 80.
2. Legitimação da violência pela conduta da mulher: traduz a legitimação da violência através da conduta da mulher (e.g., falta aos deveres, infiel, má esposa, insultuosa, provocadora). Neste fator a pontuação pode variar entre 10 e 50.
3. Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas: localiza a fonte da violência familiar num conjunto de fatores externos à conduta do maltratante (álcool, desemprego, drogas, dificuldades económicas, relações extraconjugais). Ao mesmo tempo que desculpabiliza o ofensor, esta conceção do problema localiza-o em determinados extratos sociais ou comportamentais, negando a difusão social do problema. Para o fator 3 a pontuação pode variar entre 8 e 40.
4. Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar: legitima a violência pelo apelo ao conceito de privacidade e pela necessidade de preservar as famílias das intromissões exteriores. A pontuação neste fator pode variar entre 6 e 30.

### **1.4.3. Inventário de Valores de Vida**

O terceiro instrumento utilizado no presente estudo foi o Inventário de Valores de Vida (IVV) (Crace & Brown, 1996) (Anexo VI). O instrumento consiste num inventário que mede o que se valoriza na vida. É constituído por três partes. Na primeira o sujeito deve pronunciar-se sobre 42 afirmações que contribuem para a definição de 14 valores. Para o efeito usa uma escala *Likert*, de 1 a 5, identificando em que medida a situação apresentada guia o seu comportamento. O resultado global da

escala pode variar entre 42 e 210 pontos, e quanto maior a pontuação, maior a valorização. A segunda parte continua a explorar os valores através de perguntas abertas, para que o sujeito reflita mais sobre o que valoriza. A terceira pretende identificar quais os valores mais importantes que o sujeito espera ver satisfeitos em cada um dos 4 maiores papéis de vida (trabalhador, estudante, família ou relações importantes e serviço à comunidade), o que ajuda o indivíduo a cristalizar os seus valores.

O Inventário de Valores de Vida pode ser utilizado com sujeitos a partir dos 17 anos que estejam aptos a realizar medidas de autoavaliação e pode ser aplicado individualmente ou em grupo. Na validação para a população portuguesa, de acordo com Almeida (2007), foram utilizados dois métodos para determinar a sua precisão e ambos os coeficientes se encontram dentro dos limites satisfatórios.

Neste trabalho apenas foi utilizada a primeira parte do instrumento, isto é, os itens que pretendem fornecer informações sobre 14 valores relativamente independentes: Realização, Pertença, Preocupação com o Ambiente, Preocupação com os Outros, Criatividade, Prosperidade Económica, Saúde e Atividade Física, Humildade, Independência, Lealdade à Família e ao Grupo, Privacidade, Responsabilidade, Compreensão Científica e Espiritualidade. A pontuação em cada valor varia entre 3 e 15 pontos, sendo cada um dos valores definido da seguinte forma (Almeida, 2005, pp. 190-191):

- **Realização** corresponde à importância de desafiar-nos a nós mesmos e trabalhar arduamente para melhorar o nosso desempenho. As pessoas que possuem este valor consideram-se ambiciosas, capazes, corajosas, de confiança, com controlo de si e das suas vidas e têm orientação por objetivos. Podem ainda gostar de atividades emocionantes que envolvam risco.

- **Pertença** corresponde à importância de aceitarmos os outros e sentirmo-nos como parte de um grupo. O reconhecimento social e a inclusão são aspetos valorizados pelas pessoas que têm este valor altamente priorizado.

- **Preocupação com o Ambiente** traduz a importância em preservar e proteger o ambiente. As pessoas que têm este valor como prioritário consideram-se honestas, com profunda preocupação com a beleza natural do ambiente, autocontroladas, com facilidade em perdoar. Também podem ter crenças relacionadas com a paz no mundo e igualdade de oportunidades.

- **Preocupação com os Outros** reflete a importância do bem-estar das outras pessoas. As pessoas que possuem este valor acreditam na igualdade para todos os indivíduos e procuram harmonia interna, um mundo de beleza e paz, perdoam os outros facilmente e são empáticas.

- **Criatividade** relaciona-se com a importância em ter novas ideias ou criar coisas novas. Pessoas que valorizam a criatividade têm valores ligados à preocupação com as qualidades estéticas dos ambientes naturais e físicos. Consideram-se imaginativas, inteligentes, ambiciosas, com uma mente aberta, idealistas, expressivas, capazes e corajosas.

- **Prosperidade Económica** corresponde à importância em ser bem-sucedido a ganhar dinheiro ou a comprar coisas. As pessoas que possuem este valor consideram-se ambiciosas, capazes, corajosas e lutam por uma vida com prosperidade e até com emoção. Também se consideram inteligentes, lógicas, que procuram prazer e independência.

- **Saúde e Atividade Física** reflete a importância em ser saudável e ativo fisicamente. As pessoas com este valor procuram reconhecimento social através das atividades ligadas ao físico e à saúde. Gostam de ambientes limpos e saudáveis, de atividades emocionantes e comportam-se de forma a melhorar a sua saúde e aparência física, através da realização de exercício físico e de uma alimentação saudável.

- **Humildade** é perspectivado como a importância em ser-se humilde e modesto acerca das conquistas que concretiza. Quem valoriza a humildade, tende a ser, não só modesto, como retraído. Gosta de ser obediente, gentil, leal e autocontrolado.

- **Independência** manifesta a importância atribuída à possibilidade de tomar as suas próprias decisões e realizar as coisas à sua maneira. As pessoas com este valor lutam pela liberdade individual e pela autonomia de expressão e ação. Podem procurar reconhecimento social através de atos de independência, são ambiciosas, corajosas e procuram o prazer.

- **Lealdade à Família ou Grupo** corresponde à importância em seguir as tradições e expectativas da família ou grupo. A segurança familiar é considerada importante. Pessoas que valorizam a lealdade à família e ao grupo, consideram-se cooperativas, honestas, gentis e autocontroladas.

- **Privacidade** traduz a importância de ter algum tempo para si próprio. Quem valoriza a privacidade procura liberdade individual e pode também valorizar a independência.

- **Responsabilidade** reflete a importância de ser alguém em quem se pode confiar e de quem se pode depender. Pessoas com este valor elevado consideram-se ambiciosas, responsáveis, honestas, cooperativas, lógicas, autocontroladas, confiáveis e que perdoam facilmente.

- **Compreensão Científica** relaciona-se com a importância atribuída em utilizar princípios científicos para perceber e resolver problemas. As pessoas que possuem

este valor consideram-se lógicas, inteligentes, criativas, analíticas, críticas, curiosas, precisas, independentes, reservadas e introspetivas.

- **Espiritualidade** traduz a importância de se ter crenças espirituais e acreditar que se é parte de algo maior que eles próprios. Quem possui este valor, procura harmonia interior e salvação, Considera-se honesta e obediente para com as suas crenças espirituais.

Esta diversidade de valores tem como objetivo o autoconhecimento dos indivíduos sobre o que mais valorizam na sua vida. Este instrumento pode ser utilizado em contextos diversos, nomeadamente no aconselhamento conjugal ou noutras atividades que envolvam tomada de decisão e relacionamento interpessoal (Almeida, 2007). Neste contexto é utilizado com o sentido de perceber o que valorizam mulheres sobreviventes de Violência Conjugal e em que medida isso se poderá relacionar com a saída da relação abusiva.

#### **1.4.4. Guião da Entrevista Semiestruturada**

A entrevista semiestruturada é das mais utilizadas em investigação, pois permite obter informações ricas e aprofundadas. Como referido anteriormente, caracteriza-se pelo contato direto entre entrevistador e entrevistado e pela fraca diretividade das questões. No entanto, o investigador possui um guião de entrevista, com perguntas relativamente abertas (Quivy & Campenhoudt, 1998).

O Guião da Entrevista Semiestruturada deste estudo (Anexo VII) organiza-se em três áreas de recolha de informação: **Papéis Sociais, Expetativas Futuras e Suporte Social**. A primeira área tem como finalidade perceber a saliência de papéis. Pretende-se compreender o valor atribuído aos papéis sociais já desempenhados pelas participantes ou que possam vir a ser desempenhados pelas mesmas. A segunda tem a ver com expetativas futuras em relação ao parceiro e a si própria. Pretende-se aceder ao modo como as participantes se situam face à possibilidade de encetarem novas relações amorosas ou razões que as movem para o estabelecimento de novas relações e às iniciativas que empreendem com vista a conhecer o parceiro amoroso. A terceira área pretende conhecer as fontes de suporte aquando do início de um novo relacionamento. Pretende-se perceber quem são as pessoas/ entidades que são vistas como referências e apoio para as decisões de vida, nomeadamente no campo amoroso.

De forma a se desvendar se este guião servia o processo de investigação, foi realizada uma entrevista prévia a uma senhora sobrevivente de Violência Conjugal. Para além de se procurar perceber se as questões estavam formuladas de modo a dar resposta às questões de investigação, pretendia-se também averiguar se as mesmas eram facilmente compreendidas pelas participantes. Concluiu-se, com esta entrevista, não ser necessário recorrer a ajustes no guião.

Para a realização da entrevista, nas suas duas componentes (estruturada e semiestruturada), foi agendado um contato com as senhoras, a fim de se acordar a data e a hora. Como já referido, iniciou-se o processo propriamente dito, com a identificação e legitimação, isto é, antes do início da entrevista foram explicados os seus objetivos, lido o consentimento informado e havendo acordo, o mesmo foi assinado. Em seguida foi realizada a entrevista estruturada e posteriormente procedeu-se à entrevista semiestruturada. Esta foi gravada em suporte áudio e transcrita na íntegra. Em alguns casos houve necessidade de repartir o processo de entrevista em dois momentos. Nestes casos, numa primeira ocasião, para além da identificação e legitimação, realizou-se a entrevista estruturada. A entrevista semiestruturada decorreu em data posterior.

### **1.5. Procedimentos adotados no tratamento dos dados**

A análise dos dados recolhidos na componente estruturada da entrevista foi realizada através de contagens e cálculos de médias. Apesar do recurso à estatística descritiva, a análise foi interpretativa, pois procurou-se aceder às perspetivas de cada uma das participantes.

No respeitante ao tratamento de dados obtidos através da entrevista semiestruturada recorreu-se à técnica de Análise de Conteúdo, a qual, por meio da descrição objetiva e sistemática do conteúdo das mensagens permite a sua interpretação (Bardin, 1977).

Segundo Stemler (2001 *cit in* Esteves, 2006, p. 107) “a análise de conteúdo é uma técnica sistemática e replicável para comprimir muitas palavras de texto em poucas categorias de conteúdo, baseada em regras explícitas de codificação”. As categorias são o espaço onde os dados contidos no material, considerados pertinentes, vão ser agrupados (Esteves, 2006) e a este processo de redução designa-se por categorização. Uma boa categorização deve ter as seguintes características:

exclusão mútua, homogeneidade, exaustividade, pertinência, produtividade e objetividade (Esteves, 2006).

No presente estudo, as categorias de análise foram criadas a partir do levantamento efetuado na revisão de literatura e estão, também, espelhadas nas áreas do guião de entrevista. O primeiro sistema de categorias foi, no entanto, polido e aperfeiçoado a partir da leitura flutuante, tendo-se obtido as seguintes categorias finais: Papéis Sociais, Expetativas Futuras e Suporte Social (Anexo VIII).

A primeira categoria, Papéis Sociais, reporta-se ao valor atribuído aos papéis sociais (ex: mãe, esposa) e à eventual abnegação desses papéis em prol do novo companheiro. A segunda categoria, Expetativas Futuras, foca-se em comportamentos e ações que visam o conhecimento do parceiro antes do estabelecimento de novas relações, na expressão de disponibilidade e gosto para o estabelecimento de relações, nas aspirações depositadas sobre a relação e sobre a vida e nas dúvidas/receios/hesitações aquando do início de um novo relacionamento. A terceira categoria, Suporte Social, procura perceber quais as pessoas e/ou entidades que funcionam mais frequentemente como um recurso para as entrevistadas.

A unidade de registo é o segmento mínimo de conteúdo que se considera necessário para se efetuar a análise, colocando-o numa dada categoria. A escolha da unidade de registo depende dos objetivos da investigação (Carmo & Ferreira, 1998). Neste estudo recorre-se às unidades de registo semânticas pois são unidades de significado independentemente da palavra ou palavras expressas na mensagem (Esteves, 2006). As unidades de contexto representam um segmento de mensagem mais lato do que a unidade de registo. Pode-se considerar como unidade de contexto a entrevista no qual a unidade de registo faz parte. Neste caso em particular a unidade de contexto é a entrevista (Esteves, 2006). As unidades de enumeração existem para quantificar as ocorrências, neste caso iremos contar as unidades de contexto em que determinadas ocorrências se dão, ou seja, contar em quantas entrevistas ocorre determinada opinião, para depois calcularmos a frequência com que no conjunto de entrevistas esta opinião aparece (Esteves, 2006). A quantificação mostra-se pertinente pois permite fazer alguma comparação entre os discursos das participantes, sendo que a análise de ocorrências é o tratamento mais simples.

Segundo Vala (1986 *in* Esteves, 2006) na análise de conteúdo, como noutro procedimento, o investigador deve assegurar-se de que mediu aquilo que pretendia medir. Logo tivemos em consideração os princípios de objetividade e fidelidade do processo de análise de conteúdo. Sendo assim, importou assegurar a fidelidade intracodificador, inter-codificadores e das categorias de análise. O primeiro aspeto diz

respeito ao investigador que, em dois momentos diferentes, classifica da mesma forma a mesma unidade de registo. A codificação intracodificador foi realizada pela investigadora em dois momentos diferentes do processo. O segundo aspeto refere-se a diversos investigadores classificarem o mesmo material da mesma forma. Esta codificação inter-codificadores foi efetuada por um juiz independente, imediatamente após a recolha dos dados. Deste trabalho, não foram necessários ajustes nos indicadores da grelha, sendo assim, a grelha mostrou-se resistente a eventuais distorções devido à subjetividade dos codificadores (Bardin, 1977), visto que em ambas as avaliações, intracodificador e inter-codificadores se verificou um índice de concordância de cerca de 80%. Este valor aponta para um grau forte de concordância, contribuindo para a fidelidade do sistema de categorias adotado e para a confiança dos resultados obtidos através da análise de conteúdo (Esteves, 2006). O terceiro aspeto significa que as categorias não devem ser ambíguas, ou seja, devem estar claramente definidas (Esteves, 2006), para além disso, foi utilizada a mesma grelha de análise para todos os dados recolhidos através da entrevista.

### **1.6. Princípios e Considerações Éticas**

Os procedimentos supramencionados acompanharam-se de várias preocupações éticas que merecem alguma reflexão. Em primeiro lugar, falaremos do contato com as participantes. Como referimos anteriormente, tivemos acesso a estas senhoras através de duas Instituições da Rede de Apoio à Mulher. Tendo em consideração que as participantes já detinham uma relação com os técnicos das instituições, o primeiro contato foi efetuado por esses técnicos. Após uma breve explicação do objetivo do estudo e dos procedimentos necessários, era colocada então a questão: “Aceita participar no estudo e dá permissão para que a investigadora possa entrar em contato telefónico consigo?”. As respostas foram todas positivas. No entanto, consideramos este método menos intrusivo, dando às participantes a possibilidade de refletir sobre a decisão de participar na investigação.

Seguidamente foi efetuado um contato telefónico, por parte da investigadora, para as participantes. Após uma breve apresentação, foram explicados novamente os objetivos do estudo, bem como afirmada a salvaguarda de toda a confidencialidade da informação recolhida. De seguida foi então agendado o dia/local/hora para efetuar a entrevista, em conformidade com a disponibilidade das participantes.

Aquando da realização da entrevista, foi lido e assinado por ambas as partes o consentimento informado, que continha todas as informações acerca da investigadora, os propósitos de estudo e as questões da confidencialidade, ficando uma cópia na

posse da participante, para posteriormente ter a possibilidade de pedir esclarecimentos. No caso da única participante que pediu para ser informada dos resultados da investigação, será efetuado contato telefónico para esclarecer e apresentar os resultados do estudo.

No processo de transcrição das entrevistas, a preservação da confidencialidade foi garantida, pois nenhum dado acerca das participantes foi fornecido, com o objetivo de manter e garantir a segurança destas.

Após a exposição dos aspetos metodológicos, passamos de seguida à apresentação, análise e discussão dos resultados.

## **2. Apresentação, análise e discussão dos resultados**

Neste ponto apresentamos os resultados que visam responder à questão de investigação, a qual lembramos que é: **como são perspetivadas novas relações amorosas por mulheres sobreviventes de Violência Conjugal.**

Previamente tenta-se responder a questões específicas que permitem ampliar o campo de interpretação acerca das perspetivas sobre o início de novas relações:

1. Quais as crenças relativas à Violência Conjugal presentes em mulheres sobreviventes de Violência Conjugal?

2. Quais os valores de vida mais significativos de mulheres sobreviventes de Violência Conjuga?

### **2.1. Crenças sobre Violência Conjugal**

Com o objetivo de responder à questão: quais as crenças relativas à Violência Conjugal presentes em mulheres sobreviventes de Violência Conjugal?, analisamos os dados recolhidos através da Escala de Crenças da Violência Conjugal.

Assim, no Quadro 1 apresenta-se o resultado total e por fatores na ECVC de cada uma das participantes. Apresenta-se, igualmente, a média dos resultados por fator e para o total da escala.

**Quadro 1: Total da pontuação na ECVC e em cada um dos fatores**

Participante	F1 - Legitimação e banalização da pequena violência [16-80]	F2 - Legitimação da violência pela conduta da mulher [10-50]	F3 - Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas [8-40]	F4 - Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar [6-30]	Pontuação Total [25-125]
1	23	16	16	9	40
2	28	10	11	13	43
3	37	29	19	17	62
4	33	20	20	14	55
5	16	12	15	9	38
6	21	15	17	14	42
7	31	25	28	22	63
8	20	10	12	13	35
9	17	10	8	6	26
10	17	14	10	7	29
11	21	16	14	12	39
12	20	10	9	6	31
13	23	23	17	12	47
14	16	16	18	10	36
15	23	18	20	17	48
16	16	10	11	9	31
Média	<b>22,63</b>	<b>15,88</b>	<b>15,31</b>	<b>11,13</b>	<b>41,56</b>

A pontuação da ECVC pode variar entre 25 e 125, sendo o ponto médio 50. A partir da leitura do Quadro 1, podemos verificar que a média da pontuação obtida no total da escala é de 41,56, logo podemos constatar que existe uma tendência para baixa legitimação de crenças acerca da Violência Conjugal. Os presentes resultados vão ao encontro dos obtidos no estudo realizado em 2010, com 16 mulheres vítimas de Violência Conjugal, na Região Autónoma dos Açores, que conclui que as crenças que legitimam a violência tendem a não receber o apoio das vítimas (Rocha & col., 2010).

De seguida, analisamos a distribuição em cada um dos fatores da escala. A pontuação do **fator 1** pode variar entre 16 e 80, sendo o ponto médio 32. Visto que a média do grupo respondente é de 22,63 podemos pensar que as participantes não possuem crenças que legitimam e banalizam a pequena violência. A pontuação para o **fator 2** pode variar entre 10 e 50, sendo 20 o ponto médio. As participantes obtiveram uma média de 15,88, logo tendem a legitimar muito pouco a violência pela conduta da mulher. Para o **fator 3** a pontuação pode variar entre 8 e 40, sendo o ponto médio 16. Neste sentido e visto que a média das pontuações é de 15,31 podemos verificar que as participantes legitimam pouco a violência pela sua atribuição a causas externas. Por fim, a pontuação para o **fator 4** pode variar entre 6 e 30, sendo 12 o ponto médio. Visto que 11,13 foi a pontuação média obtida, podemos inferir que no geral as participantes não legitimam a violência pela preservação da privacidade familiar.

Como resposta à questão: quais as crenças relativas à Violência Conjugal presentes em mulheres sobreviventes de Violência Conjugal?, observa-se que o pensamento das participantes é de invalidação da violência. No entanto, os resultados obtidos nos fatores 3 e 4 são os que se encontram mais próximos do respetivo ponto médio, podendo significar que estas senhoras tenderão, mais facilmente, a tolerar comportamentos violentos se os associarem a causas externas e à privacidade familiar. Estes resultados vão ao encontro dos do estudo de Rocha e col. (2010) onde se conclui que o grupo de mulheres inquirido parece estar ainda complacente com ideias que refletem a externalização da responsabilidade da Violência Conjugal e refém de crenças sobre estereótipos de privacidade familiar; ou seja, as mulheres tendem a olhar para a violência como um assunto privado no qual ninguém deve interferir.

Como o presente estudo possui um enfoque qualitativo, em seguida fazemos uma análise de dois casos que apresentam pontuações mais altas na ECVC. A participante 7 é a que apresenta a pontuação mais elevada no total da escala (63), apresentando, igualmente, das pontuações mais elevadas em cada um dos fatores que definem a ECVC (F1= 31; F2= 25; F3= 28; F4=22). Assim, neste grupo, esta senhora será uma das que poderá ter tendência para mais facilmente vir a legitimar a subordinação ao parceiro e à violência praticada por aquele. Esta ideia ganha alguma força se atendermos a que esta senhora detém apenas o 4º ano de escolaridade, está desempregada e assistiu a violência entre os seus cuidadores, isto é, está exposta a um conjunto de fatores considerados de risco para a vítima (e.g. Magalhães, 2010).

Em circunstâncias idênticas está a entrevistada nº 3, que possui a segunda pontuação mais alta no total da escala (62), assim como das pontuações mais elevadas em cada um dos fatores. À semelhança da entrevistada 7, esta senhora não tem ocupação profissional e tem uma longa história de violência, tanto na família de origem como na que constituiu com o seu marido. O tipo de crenças que parece deter, associado aos fatores de risco que parecem estar presentes na sua vida (falta de autonomia económica, história pessoal e familiar de violência) (e.g. Magalhães, 2010), podem deixar esta participante numa condição de maior vulnerabilidade nesta nova relação que já encetou.

## 2.2. Valores de Vida

Com o propósito de dar resposta à questão: quais os valores de vida mais significativos de mulheres sobreviventes de Violência Conjugal?, analisam-se os dados provenientes do Inventário de Valores de Vida.

Assim, o Quadro 2 apresenta a distribuição das pontuações em cada um dos valores. Apresenta, também a média em cada um dos valores, para o total das participantes e para cada participante.

**Quadro 2: Distribuição das pontuações em cada um dos Valores**

Participante	Realização	Pertença	Preocupação com o ambiente	Preocupação com os outros	Criatividade	Prosperidade Económica	Saúde e Atividade Física	Humildade	Independência	Lealdade à Família e ao Grupo	Privacidade	Responsabilidade	Compreensão Científica	Espiritualidade	Média
1	15	9	15	15	15	13	11	7	15	15	15	15	11	9	12,86
2	15	15	15	14	11	12	11	11	9	14	15	15	15	15	13,36
3	9	13	11	15	12	3	11	6	11	14	13	14	5	11	10,58
4	14	14	15	15	15	11	11	15	15	15	15	15	15	15	14,29
5	15	15	11	12	11	11	11	7	11	15	11	15	3	15	11,64
6	11	13	13	15	11	9	5	7	11	13	9	15	3	15	10,71
7	9	11	11	15	11	11	5	9	15	15	9	13	3	11	10,57
8	13	11	15	15	15	11	13	13	15	15	9	15	13	15	13,42
9	15	11	15	15	13	11	11	15	13	13	15	15	13	15	13,57
10	13	11	15	15	15	15	7	15	15	15	9	15	15	11	13,29
11	14	13	14	15	11	11	14	9	12	15	12	15	12	9	12,57
12	9	10	9	10	9	10	11	10	9	8	9	14	9	14	10,07
13	9	15	15	13	7	11	9	13	13	11	11	15	6	15	11,64
14	15	14	15	15	15	11	15	15	15	11	15	15	14	15	14,29
15	15	15	15	15	15	11	15	15	13	15	11	15	7	15	13,71
16	15	11	15	15	15	11	11	11	11	13	15	15	15	15	13,43
<b>Média</b>	<b>12,88</b>	<b>12,56</b>	<b>13,69</b>	<b>14,31</b>	<b>12,56</b>	<b>10,75</b>	<b>10,69</b>	<b>10,31</b>	<b>12,69</b>	<b>12,63</b>	<b>10,75</b>	<b>14,75</b>	<b>9,94</b>	<b>13,44</b>	<b>14,80</b>

A pontuação em cada um dos valores pode variar entre 3 e 15 pontos, sendo o ponto médio de 6. De acordo, com a média global no IVV (14,80), representada no Quadro 2, verifica-se uma elevada tendência para a valorização de todos os aspetos da vida, para o total das participantes. Este fato pode indicar alguma dificuldade em discriminar aquilo que realmente é importante para as participantes.

Mesmo assim, e para dar resposta à segunda questão: quais os valores mais significativos de mulheres sobreviventes de Violência Conjugal?, consideramos que parece existir alguma concordância no grupo quanto aos valores mais e menos salientes. Para o conjunto de participantes os valores mais elevados são:

responsabilidade, preocupação com os outros, preocupação com o ambiente, espiritualidade e realização. Os valores menos pontuados são: compreensão científica e humildade. Estes resultados vão ao encontro dos obtidos por Almeida (2005), num estudo efetuado com mulheres portuguesas que identificaram como valores mais elevados a responsabilidade, a preocupação com os outros e a realização, e como os valores menos pontuados a compreensão científica e a humildade. O estudo de Almeida (2005) não incidiu sobre mulheres vítimas de agressão, nem sobre mulheres sobreviventes a relações abusivas. A sua amostra foi definida por mulheres trabalhadoras, estudantes e estudantes-trabalhadoras. Ora, a semelhança encontrada entre os nossos resultados e os de Almeida (2005) pode sugerir que os valores não distinguem mulheres vítimas de mulheres não vítimas ou, numa perspetiva mais otimista, que estas mulheres sobreviventes estão a fazer o seu processo de ajustamento e já evidenciam um conjunto de valores próximo ao de mulheres que não têm uma biografia com episódios continuados de agressão.

Passando a uma análise mais individualizada, observa-se que existem quatro participantes com resultados globais relativamente mais baixos, em torno de 10, nomeadamente a P3 (10,58), a P6 (10,71), a P7 (10,57) e a P12 (10,07).

A participante 12 foi das quatro a que pontuou mais baixo, no total da escala; no entanto, não evidencia nenhum valor com pontuação particularmente baixa. Isto pode denotar alguma dificuldade em se posicionar face às diferentes áreas avaliadas.

As participantes 7 e 3 surgem com as pontuações imediatamente superiores à 12. Convém lembrar que foram estas as participantes que pontuaram mais elevado na ECVC, ou seja, tendem a ser mais complacentes com situações de Violência Conjugal.

A participante 7 pontuou 10,57 no inventário de valores de vida, apesar de valorizar a vida, valoriza menos a compreensão científica (3) e a saúde e atividade física (5). Contudo, tende a sobrevalorizar a preocupação com os outros (15), a independência (15) e a lealdade à família e ao grupo (15). Eventualmente, este investimento na lealdade pode ter constituído um fator inibidor da rutura da conjugalidade violenta, que suportou durante 15 anos.

A inquirida 3 pontuou 10,58. Desvaloriza a prosperidade económica (3), a compreensão científica (5) e a humildade (6). No entanto, valoriza a preocupação com os outros (15), a lealdade à família e ao grupo (14) e a responsabilidade (14). O argumento anterior sobre a lealdade pode ser mobilizado para a interpretação deste caso, uma vez que P3, como já referido, também se encontra entre as senhoras que parecem ceder a pensamentos legitimadores da violência. Acresce a este aspeto a

valorização do bem-estar dos outros. Não se ignora que muitos casos de Violência Conjugal perduram por as vítimas invocarem o seu “mau comportamento” que atua perturbando o parceiro e acaba por causar a agressão. A este propósito recorda-se que esta senhora foi a que pontuou mais alto no fator 2 da ECVC “legitimação da violência pela conduta da mulher”.

Por fim, a participante 6 pontuou 10,71 no total do IVV. No entanto, valoriza muito a preocupação com os outros (15) e a responsabilidade (15). Como valores mais baixos surgem a compreensão científica (3), a saúde e atividade física (5) e a humildade (7). Esta participante tende a não legitimar a violência, embora tenha pontuado acima do ponto médio nos fatores legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas e pela preservação da privacidade familiar. Porventura, pelo fato de tender a valorizar a preocupação com os outros e a responsabilidade, e por tentar preservar a privacidade da família, suportou durante 3 anos as agressões por parte do companheiro.

Comparando os dados obtidos através da Escala de Crenças da Violência Conjugal e do Inventário de Valores de Vida, o que se nota é as participantes tendem, no geral, a não legitimar a violência e, ao mesmo tempo, são propensas a valorizar a vida. Foi com este cenário de fundo que partimos para a descoberta das perspetivas destas senhoras sobre o início de novas relações.

### **2.3. Perspetivas sobre o Início de Novas Relações**

A fim de responder à questão de partida desta investigação: “como se perspetivam mulheres sobreviventes de Violência Conjugal relativamente ao início de novas relações?”, procedemos à análise dos dados recolhidos através do guião da entrevista semiestruturada. A análise recai sobre as três áreas do guião: Papéis Sociais, Expetativas Futuras e Suporte Social. É apresentada a quantificação de ocorrências, que se ilustra com depoimentos das participantes.

#### **2.3.1. Papéis Sociais**

A distribuição dos Papéis Sociais mais valorizados pelas participantes pode ser observada no Quadro 3.

### Quadro 3: Saliência de Papéis

Saliência de papéis	Total de ocorrências	
	n	%
<b>Mãe</b>	15	93,75
<b>Esposa</b>	6	37,50
<b>Amiga</b>	4	25,00
<b>Trabalhadora</b>	3	18,75
<b>Companheira</b>	2	12,50
<b>Cidadão</b>	1	6,25
<b>Irmã</b>	1	6,25
<b>Mulher</b>	1	6,25

Como podemos observar no Quadro 3, o papel mais valorizado é o papel de mãe (93,75%). Este resultado pode estar relacionado com os valores de vida destas mulheres, pois valorizam muito a responsabilidade e a preocupação com os outros. Quanto a este papel as entrevistadas relatam:

**P5:** “Os papéis que eu mais valorizo é o de mãe, a minha prioridade são os meus filhos”.

**P7:** “Mais importante acho que é o de mãe, a melhor coisa que a gente tem na vida é ser mães não é, é das melhores coisas”.

Em seguida, os papéis mais valorizados são o de esposa (37,50%), de amiga (25%) e o de trabalhadora (18,75%). Um aspeto interessante, e de realçar, é que apesar de todas as participantes serem sobreviventes de Violência Conjugal, ou seja, terem ultrapassado uma relação abusiva, valorizam o papel de esposa em 37,5% dos casos. Esta situação pode ser explicada pelo fato de algumas das participantes já terem iniciado novas relações no momento da entrevista e daí considerarem esse papel importante. Alguns depoimentos referentes à saliência do papel de esposa são:

**P5:** “Também de ser uma boa esposa”.

**P8:** “Esposa, dedicada”.

**P14:** “O papel de esposa também é importante”.

O papel de amiga surge como importante, pois muitas vezes são os amigos o único suporte a quem estas mulheres podem recorrer. No que se refere a este papel, as entrevistadas apontam:

**P3:** “ Amiga, que não sei se é felizmente ou infelizmente sou muito boa amiga”.

**P12:** “Às vezes assim, a amizade também, a compreensão, quando a pessoa compreende assim uma à outra, o diálogo”.

Ser trabalhadora parece também ser um papel relativamente valorizado pelas participantes. Como vimos anteriormente, a situação económica estável, contribui muito para a rutura das relações conjugais abusivas pois constitui um elemento favorável na independência da mulher. Segundo Walker, Logan, Jordan e Campbell (2004 *in* Matos, 2006), a existência de recursos suficientes ao nível económico, emprego e habitação, a presença de recursos interpessoais, ou seja, a qualidade e quantidade das redes de suporte social, a disponibilidade de recursos legais e de recursos de saúde, são fatores facilitadores da saída da relação abusiva. Para além disso, algumas das participantes valorizam a independência, o que contribui para que o papel de trabalhadora seja visto com alguma importância.

No papel de trabalhadora, as participantes testemunham:

**P2:** “Ser trabalhadora é o princípio básico que acho que o ser humano tem que ter”.

**P5:** “Também se tiver um trabalho para trabalhar também é muito importante”.

Os papéis de companheira (12,50), de cidadão (6,25%), de irmã (6,25%) e de mulher (6,25%) surgem como os menos valorizados.

### **2.3.2. Expetativas Futuras**

As expetativas futuras reportam-se ao parceiro e a si própria. No que se refere ao parceiro, tenta-se desvendar o conhecimento do parceiro e as estratégias de conhecimento do mesmo. Em relação a si própria pretende-se conhecer as motivações para o estabelecimento de novas relações, as aspirações sobre a relação e sobre a vida e por fim, as dúvidas/receios/hesitações aquando do início de uma nova relação.

A distribuição em cada uma das áreas pode ser observada nos Quadros 4 a 7. A distribuição das contagens referentes a verbalizações sobre expetativas acerca do parceiro pode ser observada no Quadro 4.

**Quadro 4: Expetativas Futuras sobre o Parceiro**

Parceiro		Total de ocorrências	
		n	%
Conhecimento do parceiro	Fatores de risco	15	93,75
Estratégias de conhecimento do parceiro	Diretas (Diálogo)	12	75,00
	Indiretas (Pedido de informações)	4	25,00

No que concerne ao conhecimento do parceiro, verificamos que concentra uma elevada proporção de referências (93,75%), pois com alguma recorrência as participantes dizem tentar conhecer o parceiro antes de iniciar uma nova relação. Merecem a curiosidade e a atenção das participantes aspetos como a situação profissional, os consumos e dependências e a violência. Vejamos alguns relatos:

**P2:** “Penso se ele é trabalhador, vejo se bebe ou se fuma, se é toxicodependente”.

**P10:** “Que não tenha assim, que não beba álcool nem drogas, seja trabalhador que seja boa pessoa”.

**P7:** “Se é uma pessoa, pronto que valha a pena, não é, que não seja também violenta não é, essas coisas assim”.

**P15:** “Saber se também tem aquela tendência para a violência, uma pessoa ta agora sempre com o pé atrás, e outro a frente e eu sou livre e muito desconfiada das coisas”.

Pelos relatos acima transcritos concluímos que mulheres que sobreviveram a uma relação violenta, quando tentam conhecer um novo parceiro, focam-se, essencialmente, nos consumos de álcool ou drogas e ainda nos comportamentos violentos dos mesmos. Este aspeto pode ser importante para a deslegitimação da violência por atribuição a causas externas, ainda moderadamente presente neste grupo de senhoras.

Analisando, ainda, o Quadro 4, comprovamos que a estratégia mais utilizada, na perspetiva das participantes para conhecer o novo parceiro é o diálogo (75%). A maioria das participantes acredita que conversar com o parceiro será uma boa estratégia para o conhecer. Para ilustrar apresentamos alguns testemunhos:

**P3:** “Foi à base de conversar, foi só através de mensagens”.

**P9:** “Começou a conversar mais um bocadinho e pronto, era conversando, a partir daí começamos a conversar, a falar por telemóvel”.

**P10:** “Assim falando com a pessoa”.

**P14:** “Conversando com ele”

Para além do conhecimento direto, o pedido de informações a terceiros (25%) surge como uma estratégia também utilizada. Algumas participantes consideram que não é suficiente conversar com a pessoa, pois esta pode não demonstrar aquilo que é na realidade. Ora vejamos alguns relatos:

**P5:** “Perguntando a pessoas que já lhe conheciam porque quase sempre eles não dizem aquilo que são, tinha que procurar saber que pessoa era, amigos familiares, mesmo às vezes pessoas desconhecidas”.

**P7:** “Só tirando informações sobre a pessoa para saber”.

**P10:** “E também tirando algumas informações”.

As expectativas futuras relativas a si própria encontram-se nos Quadros 5 a 7. O Quadro 5 contém os resultados referentes aos motivos que movem as participantes a iniciar novas relações.

#### **Quadro 5: Motivação para o estabelecimento de novas relações**

Motivação para o estabelecimento de novas relações	Total de ocorrências	
	n	%
<b>Realização</b>	7	43,75
<b>Afetiva</b>	6	37,50
<b>Segurança</b>	1	6,25

De acordo com o Quadro 5, as participantes afirmam que as suas maiores motivações para iniciar uma nova relação são a necessidade de realização pessoal (43,75%) e necessidades afetivas (sentimentos de solidão e isolamento) (37,50%). A segurança (6,25) apenas foi mencionada uma vez.

Relativamente à maior motivação para iniciar uma nova relação, ou seja, procura de amor para realização pessoal, as participantes relatam:

**P2:** “Isso é assim para amar não existe idade, faz bem, amar e ser amado faz bem, faz bem ao meu ego, faz bem ao meu eu e isso contribui muito para o meu bem-estar psicológico”.

**P3:** “Ser desejada e amada outra vez, porque a muitos anos mesmo que eu já não sabia o que era isso, também tava muito carente, porque a minha autoestima tava muito em baixo, foi mais por causa de um carinho”.

**P4:** “Agente quer desabafar e sabe que tem aquela pessoa ali, pode contar para nos dar apoio, para nos dar carinho, para nos dar uma palavra amiga, essas coisas assim”.

**P9:** “Senti-me outra vez uma adolescente porque precisava de um namorado, de alguém, de um companheiro, porque eu tava carente”.

Esta motivação pode estar relacionada com o valor de realização apontado como importante pelas participantes. As participantes 2 e 9 revelam necessidade de iniciar uma nova relação, ao mesmo tempo tendem a sobrevalorizar a realização, dado recolhido através do IVV.

Quanto a necessidades afetivas, os relatos parecem indicar a procura de um parceiro para combater sentimentos de solidão e isolamento. Vejamos alguns testemunhos:

**P1:** “Sabe a solidão é muito triste”

**P3:** “Mas é muito bom de vez em quando estar acompanhada porque eu adoro estar sozinha mas a solidão às vezes incómoda”.

**P4:** “É assim, às vezes agente sente-se sensíveis, estamos mais sensíveis, sente-se sozinhas, precisamos de um abraço amigo, de um abraço carinhoso, que nos dê atenção”.

**P7:** “Talvez não querer acabar um dia sozinha não é, agente tem os filhos, mas os filhos um dia vão terminar a sua vida, e não acabar sozinha não é?”.

Refira-se, porém, que as participantes 1 e 4, apesar de afirmarem querer uma nova relação para combater a solidão, valorizam a sua privacidade e independência.

O Quadro 6 apresenta a contagem das aspirações das participantes no que concerne à relação e ao futuro.

### Quadro 6: Distribuição das Aspirações

Aspirações	Total de ocorrências	
	n	%
<b>Sobre a Relação</b>	15	93,75
<b>Sobre a Vida</b>	13	81,25

Como vemos no Quadro 6, quando solicitadas a projetar-se no tempo as entrevistadas focam-se na relação (93,75) e depois noutras dimensões de vida (81,25). No que concerne às aspirações relativamente à relação, observa-se, uma visão positiva sobre aquilo que esperam, como vemos pelos testemunhos abaixo:

**P4:** “Pelo menos em princípio que fosse uma pessoa que me tratasse bem, e que me desse, que me valorizasse pela mulher que sou, quer uma pessoa carinhosa, que de valor, que trate bem principalmente, que trate bem e que estime, essas coisas assim, que seja meigo, compreensivo, que me trate como eu mereço e como qualquer mulher merece que eu acho que nenhuma mulher merece levar”.

**P7:** “Queria-me ver feliz pelo menos, ao lado de um homem que me estimasse, com uma vida estável, era assim que me via”.

**P9:** “Melhor não podia esperar, é assim se continuar, se a gente continuar a se dar bem, vejo-me uma vida normal vida de casal”.

**P10:** “Que fosse boa pessoa e também que tratasse bem os meus filhos e a mim”.

**P14:** “Espero que com uma vida estável, com um companheiro, talvez não sei”.

Perante estes relatos, concluímos que as participantes têm uma visão positiva, acreditando que poderão ter uma vida feliz junto dos filhos e de um companheiro que as trate bem, sem recorrer à violência para a resolução dos seus problemas. Estes dados vão ao encontro dos resultados encontrados por Sousa (2010), quando refere que as mulheres se focam no parceiro, nos filhos, na auto percepção ou na área económica/profissional. Estas mulheres esperam estar bem no amor, felizes, com os filhos, mais fortes e sem dificuldades económicas (Sousa, 2010).

No que refere às aspirações sobre a vida as participantes referem:

**P3:** “Mas gostava de começar a minha vida do zero, ter um emprego e porque e ser mais forte que eu não sou muito forte”.

**P4:** “Apagar sempre o meu passado, queria ser feliz com as minhas filhas e ter uma vida que eu nunca tive, mas acho que não será possível, ser feliz, era o meu ex-marido tinha que deixar de existir, quero estar viva”.

**P8:** “Eu esperava era trabalhar, ter uma vida melhor, dar uma vida boa para os meus filhos, o que eu gostava assim, mais mais mais, vou ser sincera e vou-lhe dizer, era sair do sítio donde eu estou a morar, que não gosto, não gosto, nunca gostei daquele sítio, ah daqui a 5 anos, ter a minha casa, estar no sossego com ele a viver em paz”.

**P9:** “Só queria era estar na minha casa, tendo saúde e paz e carinho e acho que não precisa de mais nada que isso”.

**P10:** “Com os meus filhos, espero estar trabalhando, eu acho que fico bem assim”.

Quanto ao que esperam para o futuro, as participantes centram-se essencialmente em serem felizes, terem trabalho, estarem com os filhos e em paz. No entanto, algumas não querem pensar no futuro, outras esperam estar sozinhas com saúde. Estes dados vão, globalmente, ao encontro do que Sousa (2010) encontrou, nomeadamente da ideia de que as inquiridas possuem uma visão positiva, projetando-se realizadas em relação aos filhos e a si próprias. No que concerne ao início de novas relações, apesar de as opiniões dividirem-se, o fato é que as mulheres mostram capacidade de decisão.

Apesar de cerca de metade das participantes já terem iniciado novas relações e a maioria ter vontade de iniciar um novo relacionamento, a verdade é que todas, à exceção de três referem ter dúvidas/medos/ receios aquando do início de uma nova relação. O Quadro 7 apresenta as dúvidas/receios/ hesitações das participantes.

#### **Quadro 7: Distribuição das dúvidas/receios/hesitações**

---

Dúvidas/Receios/ Hesitações	Total de ocorrências	
	n	%
<b>Parceiro</b>	14	87,50
<b>Si própria</b>	3	18,75

---

Partindo da análise do Quadro 7, concluímos que a maior referência aos medos das participantes incide no companheiro (87,50). Este resultado está relacionado com os fatores de risco da violência. As participantes receiam voltar a sofrer de violência e novamente sofrer uma desilusão. Ora vejamos:

**P4:** “Mas já se sabe que tive receios, depois tinha medo, porque no meu pensamento eu pensava que os homens eram todos iguais”.

**P14:** “Será que é uma boa pessoa”.

**P3:** “Tenho medo de sofrer novamente uma desilusão”.

**P4:** “Que ele agredisse fisicamente ou psicologicamente o meu medo era esse e era isso o meu medo, é isso”.

**P7:** “Não quero estar a sofrer e também não quero uma pessoa que trate mal os meus filhos, “Não quero voltar a viver a violência doméstica não é, não quero viver isso outra vez”.

**P10:** “Que no princípio é tudo bom e receio que um dia mais tarde se eu não viesse a passar por aquilo que eu já passei”.

Para além destes, os receios referentes a si (18,75%), a maioria dos mesmos (87,50%) relaciona-se com a não-aceitação dos filhos. Este dado poderá estar relacionado com o papel mais importante na vida destas mulheres, o papel de mãe, como vimos anteriormente.

A título ilustrativo apresentamos alguns relatos das participantes:

**P3:** “Eu sou sincera é mais a minha filha, o meu receio, é porque ela não aceita”.

**P15:** “Pronto o meu maior medo é esse, é pôr os miúdos contra mim pronto, sempre tem aquela tendência de dizer que o companheiro é assim, é assado, e tenho esse receio”.

### **2.3.3. Suporte Social**

A distribuição do número de ocorrências relativo ao suporte social referido pelas participantes encontra-se explicita no Quadro 8.

### **Quadro 8: Distribuição do suporte social formal e informal**

		Total de ocorrências	
		n	%
<b>Formal</b>	Redes de apoio	3	18,75
	Família	8	50,00
<b>Informal</b>	Amigos	6	37,50
	Vizinhos	1	6,25
	Religião	1	6,25

O Quadro 8 ilustra a distribuição do suporte social, ou seja, quando as participantes pensam em iniciar uma nova relação a quem recorrem. Neste caso, em termos de suporte formal as redes de apoio surgiram em 18,75% dos discursos das entrevistadas.

Por exemplo:

**P5:** “Se fosse uma nova relação eu recorria á Dra. N. porque tem-me apoiado muito, recorria à menina M., que também ajudou-me muito”.

**P11:** “O trabalho de vocês que é fundamental”.

Quanto ao suporte social informal, através do Quadro 8 observamos que a família é mencionada (50%) em primeiro lugar. Relativamente à família, os filhos são os mais procurados quando pensam em iniciar uma nova relação. Vejamos alguns relatos que melhor descrevem estes resultados.

**P7:** “Pessoas de família”; “E também os meus filhos claro”.

**P9:** “Com o meu filho mais velho, com os meus filhos”.

Seguindo-se os amigos (37,50%), depois os vizinhos (6,25%) e a religião (6,25%).

**P1:** “Uma amiga, aliás foram duas amigas”.

**P4:** “Agente sempre assim fala com uma amiga”.

**P12:** “Talvez a uma pessoa amiga”.

**P3:** “Mas tenho assim uma vizinha que falo assim muito bem com ela”.

**P2:** “Só pra mim e Deus. Só falo com Deus”.

Os dados recolhidos, sugerem que o suporte social informal é o mais nomeado pelas participantes. Este resultado parece estar congruente com os resultados encontrados em outras investigações que indicam que os familiares, amigos e vizinhos compõem grande parte do suporte recebido por estas mulheres (Wellman, 1992; Hays, 1988; Ornelas, 2008; Sousa, 2010; Dias, 2004).

A rede formal de suporte tem um papel fundamental no momento de saída da relação abusiva (Sousa, 2010). No entanto, no momento de início de uma nova relação, estas mulheres manifestam preferir recorrer à família e aos amigos.

Com o propósito de responder à questão de partida deste estudo: **como são perspectivadas novas relações amorosas por mulheres sobreviventes de Violência Conjugal**, apresentamos sucintamente os dados provenientes dos vários instrumentos utilizados.

Sendo assim, relativamente às crenças sobre a Violência Conjugal, os resultados indicam que as participantes legitimam pouco a violência, este pode ser um aspeto favorável no iniciar de uma nova relação, pois é um indicador positivo de que a mulher não mais irá permitir e legitimar a violência por parte do companheiro.

Quanto aos valores de vida, encontramos que os valores com maior pontuação são responsabilidade e preocupação com os outros. O que poderá ser indicativo de que a mulher, no início de uma nova relação, poderá ter a tendência de se colocar em segundo plano, colocando os outros, ou seja, o companheiro e as suas necessidades em primeiro lugar.

No que se refere aos papéis sociais, encontramos que o papel mais valorizado pelas participantes é o papel de mãe que poderá estar relacionado com a valorização da responsabilidade e preocupação com os outros como vimos antes.

Quanto a expectativas futuras, em relação ao companheiro a maioria das participantes refere tentar conhecer o parceiro quando inicia uma relação, sendo a situação profissional, os consumos e os comportamentos violentos, os fatores que tenta desvendar, principalmente, através do diálogo. No que concerne a expectativas futuras em relação a si própria, encontramos como maior motivação para o início de novas relações, a necessidade de afeto e carinho e o evitar a solidão. As aspirações para a relação e para o futuro são no geral positivas, esperando o melhor do parceiro e para a vida. Apesar da vontade em iniciar novas relações, a verdade é que os seus maiores receios são a desilusão, o medo de voltar a sofrer violência.

O suporte social informal é o primeiro a quem as mulheres sobreviventes recorrem quando pensam em iniciar uma nova relação, recorrendo à família e aos amigos maioritariamente.

Convém mencionar que 9 das 16 participantes já haviam iniciado novas relações após a rutura da relação abusiva. E que apesar de algumas não terem iniciado ainda, quando se projetam no futuro ambicionam uma nova relação. O que significa que existe uma necessidade por parte das participantes em encontrar um companheiro.

Sendo assim, as perspetivas sobre o início de novas relações de mulheres sobreviventes de Violência Conjugal são positivas, no geral não possuem crenças legitimadoras da violência, valorizam muito a vida e, com ou sem novas relações, no momento, ambicionam um relacionamento que compense o passado.

## Conclusão

Nesta última parte do trabalho, apresentamos as conclusões finais, tendo em conta a revisão de literatura e os resultados alcançados no presente estudo. Apresentam-se também as dificuldades sentidas e algumas limitações.

Este é um estudo exploratório e descritivo de enfoque qualitativo, realizado com dezasseis mulheres sobreviventes de Violência Conjugal, que procurou conhecer as suas perspetivas sobre o início de novas relações. Para o efeito, explorou-se, também, as crenças relativas à Violência Conjugal e os valores de vida mais significativos. Sendo assim, utilizaram-se quatro instrumentos de recolha de dados, ficha de caracterização sociodemográfica, escala de crenças da Violência Conjugal, inventário de valores de vida e guião da entrevista semiestruturada.

A Violência Conjugal continua a ser uma problemática prevalecente no seio de muitas famílias (Rocha & col. 2010), carecendo cada vez mais de ações para prevenir e remediar as situações que causam sofrimento a todos os envolvidos. Assim, através do conhecimento das crenças e dos valores pretende-se compreender melhor as perspetivas sobre o início de novas relações e de algum modo contribuir para a delineação de programas de prevenção e remediação mais eficazes ao nível da Violência Conjugal.

Relativamente às Crenças sobre a Violência Conjugal, os principais resultados sugerem que estas mulheres possuem poucas crenças legitimadoras da violência. Tendem, contudo, a legitimar mais facilmente a violência pela sua atribuição a causas externas e pela preservação da privacidade familiar, e a repudiar mais enfaticamente aspetos referentes à pequena violência. Estes resultados vão ao encontro do estudo realizado em 2010, com dezasseis mulheres vítimas de Violência Conjugal, na Região Autónoma dos Açores, que concluiu que pensamentos legitimadores da violência tendem a não ser aceites pelas vítimas; no entanto, as situações que merecem maior repúdio pelas vítimas são as de banalização da pequena violência. Ainda, este grupo parece estar ainda complacente com ideias que refletem a externalização da responsabilidade da Violência Conjugal e as mulheres inquiridas parecem ainda estar reféns de crenças sobre estereótipos de privacidade familiar, ou seja, tendem a olhar para a violência como um assunto privado no qual ninguém deve interferir (Rocha & col., 2010).

No que toca aos Valores de Vida, os dados sugerem que apesar de haver uma propensão generalizada de valorização dos diversos aspetos da vida, os mais valorizados são: preocupação com o ambiente, preocupação com os outros, lealdade à família e ao grupo, responsabilidade e espiritualidade. Estes resultados vão ao encontro dos encontrados por Almeida (2005), num estudo efetuado com mulheres portuguesas que identificam como valores mais elevados a responsabilidade, a preocupação com os outros e a realização, para além destes valorizam ainda a lealdade à família e ao grupo e a independência.

No que respeita às perspetivas sobre o início de novas relações, tivemos em conta três categorias: papéis sociais, expectativas futuras e suporte social.

O papel de mãe surge como o mais valorizado por estas mulheres, seguido do papel de esposa. As expectativas futuras em relação ao parceiro, indicam que a maioria das participantes tenta conhecer a pessoa antes de iniciar um relacionamento, apontando a situação profissional, os consumos de álcool e os comportamentos violentos, como os aspetos principais a tentar descobrir. No que toca às estratégias de conhecimento, as participantes dividem-se entre o diálogo e o pedido de informações, sendo que o diálogo é, para a maioria, a estratégia mais eficaz no conhecimento do parceiro. No que respeita às expectativas futuras sobre si própria, observa-se que a motivação para o estabelecimento de novas relações destas mulheres é a procura de amor para realização pessoal e evitar sentimentos de solidão. Relativamente a aspirações, as participantes, focam-se essencialmente no parceiro e na vida em geral, esperam o melhor do relacionamento e do parceiro, e para a vida esperam melhor ou igual em relação aos filhos, ao trabalho e a si próprias. Por fim, quanto a dúvidas, receios e hesitações, estas mulheres apontam como maiores medos a desilusão e o medo de voltar a sofrer violência. O suporte social indicado por estas mulheres é a família e os amigos, ou seja, dizem recorrer ao suporte social informal em primeiro plano.

Tendo em conta a análise das dezasseis entrevistas, os nossos resultados permitem pensar que as perspetivas sobre o início de novas relações são positivas, e que, no geral, estas mulheres pretendem iniciar uma nova relação. Estes resultados são congruentes com os dados encontrados por Sousa (2010), que conclui que no que concerne às expectativas futuras, as inquiridas são positivas e possuem poder de decisão em iniciar ou não uma nova relação.

Passamos agora a referir algumas dificuldades sentidas no processo de execução do estudo, apontando também algumas das suas limitações. A maior dificuldade sentida, numa primeira fase, foi a pesquisa bibliográfica. Apesar de haver muito material escrito acerca da Violência Conjugal, no que concerne a mulheres sobreviventes e às suas perspetivas sobre o processo de rutura e ajustamento pouco parece ter sido efetuado a nível nacional e mesmo a nível internacional. No entanto, esta dificuldade não deixou de representar, também, um desafio, pelo verdadeiro carácter exploratório que o estudo terá assumido. Numa segunda fase, referente à recolha dos dados, a maior dificuldade deveu-se à quantidade de instrumentos utilizados, o que, por vezes, se tornou cansativo para as participantes. No entanto, quando necessário, como já foi referido, o processo de recolha foi repartido em duas partes.

Quanto às limitações do estudo, estamos conscientes de que a generalização das conclusões a outras populações não é possível. Para além disso, os resultados obtidos através do Inventário de Valores de vida apontaram todos no mesmo sentido, o que poderá estar relacionado com uma certa desejabilidade social ou com a dificuldade das participantes em discriminar aquilo que realmente valorizam.

Em futuras investigações, poder-se-á estudar casos de mulheres sobreviventes que já iniciaram uma nova relação e perceber se de fato as perspetivas são congruentes com a realidade. Por fim, fica o testemunho de que esta investigação contribuiu para o amadurecimento, aprendizagem e crescimento da autora a vários níveis e o desejo de suscitar interesse para uma temática tão complexa e ao mesmo tempo tao íntima.

## Referências Bibliográficas

- Almeida, I., & Soeiro, C. (2010). Avaliação de Risco de Violência Conjugal: Versão para Polícias (SARA: PV). *Análise Psicológica*, 1 (28), 179-192. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Recuperado a 1 de Novembro de 2011 de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v28n1/v28n1a13.pdf>.
- Almeida, L. (2007). Inventário dos valores de vida. In Simões, M., Machado, C., Gonçalves, M., & Almeida, L., *Avaliação Psicológica: Instrumentos Validados para População Portuguesa, Vol. 2* (pp.169-185). Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, L. (2005). *Life Values Inventory* (LVI): Um estudo com mulheres portuguesas. In *Análise Psicológica*, Vol. 23 (pp. 187-199). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Recuperado a 5 de Dezembro de 2011 de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v23n2/v23n2a09.pdf>.
- Amnistia Internacional Portuguesa (2006). Mulheres invisíveis. Relatório integrado na Campanha Internacional “Acabar com a Violência Sobre as Mulheres”. Recuperado a 3 de Março de 2011 de [http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/Relatorio\\_das\\_Mulheres.pdf](http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/Relatorio_das_Mulheres.pdf).
- Antunes, M. (2002). Violência e Vítimas em Contexto Doméstico. In Gonçalves, R., & Machado, C., *Violência e Vítimas de Crimes*, Vol. 1 (pp. 43-78). Coimbra: Quarteto editora.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2010). *Estatísticas da APAV 2010*. Lisboa: APAV. Recuperado a 10 de setembro de 2011 de [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/Estatisticas\\_APAV\\_2010\\_.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_2010_.pdf)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2010). *Estatísticas GAV Ponta Delgada 2010*. Ponta Delgada: APAV. Recuperado a 10 de Setembro de 2011 de [http://www.apav.pt/portal/pdf/estatisticas\\_gav\\_pontadelgada\\_2010.pdf](http://www.apav.pt/portal/pdf/estatisticas_gav_pontadelgada_2010.pdf)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2010). Manual Alcipe – Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência. Lisboa: APAV.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Benjamin, M., & Rodolphe, G. (2001). *O Inquérito: Teoria e Prática*. Lisboa: Celta Editora.
- Biklen, S., & Bogdan, R. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Branco, M. (2007). *Violência Conjugal Contra a Mulher. Histórias Vividas e Narradas no Feminino*. Dissertação de Mestrado em Comunicação na Saúde,

Universidade Aberta, Lisboa. Recuperado a 30 de Setembro de 2011 de <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/736/1/LC349.pdf>.

Caldeira, S. (2012). *A violência de género e a vulnerabilidade no amor*. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional: A Voz dos Avós: Gerações e Migrações. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

Caridade, S. (2009). *Violência nas relações de intimidade: comportamentos e atitudes dos jovens*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Universidade do Minho, Braga.

Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia de Investigação: Guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carneiro, M. (2007). *A legislação sobre violência doméstica: Compatibilização do Código Penal e Diplomas Complementares às Actuais Manifestações do Fenómeno*. Comunicação apresentada em Conferência Regional: Parlamentos Unidos no Combate à Violência Doméstica Contra as Mulheres. Bragança. Recuperado a 5 de novembro de 2011 de [http://app.parlamento.pt/violenciadomestica/conteudo/pdfs/apresentacoes/Maria\\_Rosario\\_Carneiro.pdf](http://app.parlamento.pt/violenciadomestica/conteudo/pdfs/apresentacoes/Maria_Rosario_Carneiro.pdf).

Carvalho, A. (2008). *O Estilo de Vinculação em Mulheres Vítimas de Violência Conjugal*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa. Recuperado a 4 de Novembro de 2011 de [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/763/1/17228\\_capas\\_resumos\\_.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/763/1/17228_capas_resumos_.pdf).

Choice, P. & Lamke, L. (1997). A Conceptual Approach to Understanding Abused Women's Stay/Leave Decisions. *In Journal of Family Issues*, vol. 18 (pp. 290-314). Sage Publications, Inc.

Costa, D. (2010). *A intervenção em parceria na violência conjugal contra as mulheres: um modelo inovador?* Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade Aberta, Lisboa.

Dias, I. (2004). *Violência na Família: Uma Abordagem Sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

Direcção Geral de Administração Interna (2011). *Violência Doméstica – 2010 – Ocorrências Participadas às Forças de Segurança*. Recuperado a 11 de Setembro de 2011 de [http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/relatorios/VD\\_Relatorio\\_Anual\\_2010\\_Forcas\\_Seguranca.pdf](http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/relatorios/VD_Relatorio_Anual_2010_Forcas_Seguranca.pdf).

Esteves, M. (2006). Análise de Conteúdo. *In Fazer Investigação: Contributos para a Elaboração de Dissertações e Teses* (pp. 105 -126). Porto: Porto Editores.

- Fernández Alonso, M., Velázquez, S., Buitrago Ramírez, F., Ciurana Misol, R., Chocron Bentata, L., García Campayo, J., Montón Franco, C., Redondo Granado, M., & Tizón García, M. (2003). Violencia en la pareja: papel del médico de familia. In *Aten Primaria*, Vol. 32, (pp. 425-33). Recuperado a 17 de Outubro de 2011 de <http://www.elsevier.es/sites/default/files/elsevier/pdf/27/27v32n07a13053461pdf001.pdf>.
- Garcia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., & Watts, C. (2006). *Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence*. WHO multi-country study on women's health and domestic Violence. Recuperado a 18 de Outubro de 2011 de [http://www.who.int/gender/violence/who\\_multicountry\\_study/media\\_corner/Prevalence\\_intimatepartner\\_WHOSstudy.pdf](http://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/media_corner/Prevalence_intimatepartner_WHOSstudy.pdf).
- Gelles, R. J. (1976). "Abused Wives: Why Do They Stay?" In *Journal of Marriage and the Family*. Recuperado a 3 de Outubro de 2011 de <http://www.jstor.org/discover/10.2307/350685?uid=3738880&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101341435441>.
- Hayman, J. (1984). *La entrevista*. In *Investigación y educación*, pp. 108-114. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Hydén, M. (1999). Verbal Aggression as Prehistory of Woman Battering. In *Journal of Family Violence*, Vol. 10 (pp. 51-71). Stockholm University. Recuperado a 4 de Outubro de 2011 de <http://www.springerlink.com/content/t26j33745801604k/>.
- Lassance, M. (2010). *Saliência de papel, valores de trabalho e tarefas de desenvolvimento de carreira*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Recuperado a 10 de Outubro de 2011 de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25070/000748439.pdf?sequence=1>.
- Lassance, M., & Sarriera, J. (2009). Carreira e saliência dos papéis: Integrando o desenvolvimento pessoal e profissional. In *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, Vol. 10 (pp. 15-31). Porto alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado a 10 de Outubro de 2011 de <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/2030/203014923004.pdf>.
- Lourenço, N., Lisboa, M., & e Pais, E. (1997) *Violência Contra Mulheres*. Lisboa: CIDM.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2006). *Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (E.C.V.C) e Inventário de Violência Conjugal (I.V.C): Escalas de Avaliação e Manual*. Braga: Universidade do Minho.

- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2008). Escala de Crenças da Violência Conjugal. In Almeida, L., Simões, M., Machado, C., Gonçalves, M. *Avaliação Psicológica: Instrumentos Validados para a População Portuguesa*, Vol. 2 (135-149). Coimbra: Quarteto Editora.
- Machado, C., Matos, M., Saavedra, R., Cruz, O. Antunes, C., Pereira, M., Rato, A., Pereira, I., Carvalho, C., Capitão, L. (2009). *Crenças e atitudes dos profissionais face à violência conjugal – estudos com Profissionais de Saúde, Polícias e Professores*. Acta Med Port, Vol. 22 (735-742). Braga: universidade do Minho. Recuperado a 13 de Fevereiro de 2011 de <http://www.actamedicaportuguesa.com/pdf/2009-22/6/735-742.pdf>.
- Magalhães, T. (2010). *Violência e abuso: Respostas Simples para Questões Complexas*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Matos, M. (2002). Violência Conjugal. In Abrunhosa, R., & Machado, C., *Violência de Vítimas de Crimes*, Vol. 1 (81-130). Coimbra: Quarteto Editora.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Universidade do Minho, Braga. Recuperado a 15 de Novembro de 2011 de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5735/1/Tese.pdf>.
- Matos, T., & Cláudio, V. (2010). *Crenças acerca da Violência Doméstica Em Diferentes Classes Profissionais Ligadas À Elaboração e Execução da Legislação em Vigor*. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Braga: Universidade do Minho. Recuperado a 15 de Novembro de 2011 de <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1538/1/SNIP%202010%203205-3218.pdf>.
- Marques, T. (2005). *Violência Conjugal: Estudo Sobre a Permanência da Mulher em Relacionamentos Abusivos*. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Recuperado a 18 de Novembro de 2011 de [http://www.webposgrad.propp.ufu.br/ppg/producao\\_anexos/014\\_Tania%20Mendonca%20Marques.pdf](http://www.webposgrad.propp.ufu.br/ppg/producao_anexos/014_Tania%20Mendonca%20Marques.pdf).
- Mendes, E., & Cláudio, V. (2010). *Crenças e atitudes de estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica*. Actas do VII simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Braga: Universidade do Minho. Recuperado a 20 de Novembro de 2011 de <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1539/1/SNIP%202010%203219-3230.pdf>.
- Miller, D. (1999). *The Norm of Self-Interest*. Princeton: Princeton University.
- Neves, S. (2008). *Amor, Poder e Violências na Intimidade*. Coimbra: Quarteto Editora.

- Nunes, P. (2009). *Conceito de Expectativas*. Recuperado a 15 de Outubro de 2012, de <http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/expectativas.htm>.
- Oliveira, D., & Souza, L. (2006). Género e violência conjugal: concepções de psicólogos. *In Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Vol. 6. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia. Recuperado a 2 de Dezembro de 2011 de <http://www.revispsi.uerj.br/v6n2/artigos/pdf/v6n2a04.pdf>.
- Oliveira, F. (2005). *Materiais didáticos nas aulas de música: um survey com professores da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre – RS*. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Recuperado a 3 de Dezembro de 2011 de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6010/000479353.pdf?sequence=1>.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (J. M. Marques, M. A. Mendes & M. Carvalho, trad.). Lisboa: Gradiva.
- Rangel, C., & Oliveira, E. (2010). *Violência contra as mulheres: fatores precipitantes e perfil de vítimas e agressores*. Comunicação apresentada no Seminário Internacional Fazendo Género 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado a 20 de Dezembro de 2011 de [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277848018\\_ARQUIVO\\_fazendogenero\\_Celina\\_Elzira.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277848018_ARQUIVO_fazendogenero_Celina_Elzira.pdf).
- Ribeiro, J. (1999). Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS). *In Análise Psicológica*, Vol. 3, (pp. 547-558). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Recuperado a 13 de Outubro de 2012 de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v17n3/v17n3a10.pdf>.
- Rocha, G. Lalanda, P., Caldeira, S., Sousa, A., Palos, A. & Soares, D. (2010). *A Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores – Estudo Sócio-Criminal*. Direcção Geral de Administração Interna. Cadernos da Administração Interna.
- Sagim, M., Alves, Z., Delfino, V., & Venturini, F. (2005). A Mulher como Vítima de Violência Doméstica. *In Fam. Saúde Desenv.*, Vol. 7 (pp. 17-23). São Paulo: Universidade do Ribeirão Preto.
- Sampiere, R., Collado, C., & Lucio, P. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Sani, A., & Cunha, D. (2011). Práticas Educativas Parentais em Mulheres Vítimas e Não Vítimas de Violência Conjugal. *In Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 27

(pp. 429-437). Porto: Universidade Fernando Pessoa. Recuperado a 20 de Dezembro de 2011 de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/06.pdf>.

Sousa, C. (2010). *Retrospectivas apreciativas de mulheres sobreviventes de violência na intimidade: o processo de apoio psicológico e as competências pessoais*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade de Lisboa, Lisboa. Recuperado a 6 de Janeiro de 2012 de [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1896/1/ulfp035571\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1896/1/ulfp035571_tm.pdf).

Tavares, S. (2011). *Desistindo da denúncia: experiências de mulheres vítimas da violência por parceiros íntimos*. Cabo Verde: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Recuperado a 12 de Janeiro de 2012 de <http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/268/1/Sara%20Tavares.pdf>.

Walker, L. (1979). *The battered woman*. New York: Harper and Row.

Walker, L. (1994). *Abused women and survivor therapy: a practical guide for the psychotherapist*. Washington: American Psychological Association.

## **ANEXOS**

---

## Anexo I

### Síntese dos dados de caracterização sociodemográfica das participantes

Participante	Idade	Estado Civil	Nível de Escolaridade	Profissão	Filhos	Duração da Relação Conjugal	Período de vitimação na relação	Violência Família Origem	Fonte de Apoio	Novas Relações	Duração das novas relações	Avaliação novas relações
1	51	Divorciada	4º ano	Emp. Dom.	2	32 anos	32 anos	Não	Família/Rede de Apoio	Sim	5 meses	Excelente
2	38	Solteira	9º ano	Estudante	2	10 anos	8 anos	Sim	Família/Rede de Apoio	Sim		
3	36	Divorciada	9º ano	Doméstica	1	18 anos	18 anos	Sim	Fam./Amigos/Vizinhos/Rede	Sim	5 meses	Bem
4	35	Divorciada	6º ano	Auxiliar Servi. Gerais	3	15 anos	15 anos	Sim	Família/Rede de Apoio	Sim	1 ano	Mais ou Menos
5	50	Divorciada	4º ano	Doméstica	6	32 anos	32 anos	Não	Polícia/ Rede de Apoio	Não		
6	28	Divorciada	9º ano	Desempregada	2	3 anos	3 anos	Não	Família	Sim	1 ano	Bem
7	39	Divorciada	4º ano	Desempregada	3	15 anos	15 anos	Sim	Rede de Apoio	Sim		
8	50	Divorciada	4º ano	Desempregada	7	21 anos	16 anos	Não	Família/Rede de Apoio/ Polícia	Sim	2 anos e meio	Muito Bem
9	39	Divorciada	4º ano	Emp. Doméstica	4	19 anos	19 anos	Sim	Família/ Rede de Apoio	Sim	4 meses	Muito Bem
10	32	Casada	9º ano	Desempregada	2	2 anos	2 anos	Não	Família/ Rede de Apoio	Não		
11	31	Divorciada	12º ano	Assistente Operacional	0	1 ano e 5 meses	1 ano e 4 meses	Não	Família/Amiga/Rede de Apoio	Não		
12	38	Divorciada	8º ano	Auxiliar Servi. Gerais	3	18 anos	17 anos	Sim	Rede de Apoio	Não		
13	54	Casada	4º ano	Emp. Industrial	1	31 anos	2 anos	Não	Colegas/ Rede de Apoio	Não		
14	42	Divorciada	5º ano	Emp. Doméstica	2	23 anos	6 anos	Não	Rede de Apoio	Sim	1 ano	Muito Bem
15	35	Divorciada	9º ano	Empregada Balcão	3	17 anos	7 anos	Não	Família/ Rede de Apoio	Não		
16	34	Solteira	6º ano	Despenseira	1	12 anos	4 anos	Não	Amigos/ Rede de Apoio	Não		

## Anexo II

### Modelo da Entrevista

<b>Identificação e Legitimação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cumprimentos;</li><li>• Apresentação da investigadora e da investigação: objetivos/procedimentos e instrumentos;</li><li>• Garantir confidencialidade;</li><li>• Solicitar registo das respostas escritas e gravação da entrevista semiestruturada.</li></ul>
<b>Entrevista Estruturada</b>	Aplicação dos seguintes instrumentos: <ul style="list-style-type: none"><li>• Ficha de Caracterização Sociodemográfica;</li><li>• Escala de Crenças da Violência Conjugal;</li><li>• Inventário de Valores de Vida.</li></ul>
<b>Entrevista Semiestruturada</b>	Áreas do Guião da Entrevista Semiestruturada: <ul style="list-style-type: none"><li>• Papéis Sociais;</li><li>• Expetativas Futuras;</li><li>• Suporte Social.</li></ul>
<b>Finalização da Entrevista</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Outras informações que a participante queira acrescentar;</li><li>• Conclusão;</li><li>• Agradecimentos;</li><li>• Disponibilizar esclarecimentos.</li></ul>

## **Anexo III**

### **Termo de Consentimento**

#### **Consentimento Informado**

Cara Senhora

---

Eu, Graciete Freitas, aluna do Mestrado em Psicologia da Educação da Universidade dos Açores, sob a orientação da Professora Doutora Suzana Caldeira estou a desenvolver um trabalho na área da Violência Conjugal.

Esta investigação tem como objetivo analisar as perspetivas de mulheres sobreviventes de Violência Conjugal relativamente ao início de novas relações amorosas.

Neste sentido, seria fundamental conhecer a sua opinião sobre este assunto. Assim, gostaria que participasse num processo de entrevista individual a realizar na sua residência ou noutra local, por si indicado, no dia \_\_\_\_\_ pelas \_\_\_\_ horas, a qual será registada por escrito ou gravada com o auxílio de um gravador.

A sua participação no estudo é voluntária, não existem custos nem compensações pessoais, para além disso, os dados recolhidos serão utilizados somente para a pesquisa, mantendo-se toda a confidencialidade da informação.

A sua colaboração é muito importante. Se tiver dúvidas ou quiser outras informações, o contacto é xxxxxxxxx – Graciete Freitas.

Ponta Delgada,

Com os melhores cumprimentos,

---

Graciete Freitas

## Anexo IV

### Ficha de Caracterização Sociodemográfica

Idade: \_\_\_\_\_ anos.

Estado civil atual: \_\_\_\_\_.

Anos de escolaridade: \_\_\_\_\_.

Profissão: \_\_\_\_\_.

Filhos: \_\_\_\_\_.

Se sim, quantos: \_\_\_\_\_.

Tempo de duração da relação abusiva: \_\_\_\_\_.

Duração do período de vitimação: \_\_\_\_\_.

Violência na família de origem: \_\_\_\_\_.

Suporte social: \_\_\_\_\_.

Se sim, quem: \_\_\_\_\_.

Início de novas relações: \_\_\_\_\_.

Se sim, quantas vezes: \_\_\_\_\_.

Se sim, há quanto tempo: \_\_\_\_\_.

Como correu ou corre: \_\_\_\_\_.

## Anexo V

### Escala de Crenças da Violência Conjugal

#### E. C. V. C.

(C. MACHADO, M. MATOS & M. GONÇALVES, 2000; UNIVERSIDADE DO MINHO)

#### INSTRUÇÕES:

Vai encontrar de seguida um conjunto de afirmações em relação a situações de maus tratos e conflito dentro do casamento (ou relações maritais). Pede-se que **leia atentamente** essas frases e exprima a sua opinião em relação a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas. A sua **opinião** é o mais importante. Por favor, tente responder de acordo com a sua forma de pensar e sentir e **não como acha que deveria ser**.

Avalie cada afirmação, colocando um (X) na opção que melhor traduza o seu modo de pensar. Assegure-se de que respondeu a todas as questões, devendo optar **apenas por uma das hipóteses** apresentadas.

As respostas a este questionário são absolutamente anónimas.

*Obrigado pela sua colaboração!*

#### DADOS PESSOAIS

Por favor responda às questões abaixo efectuadas, sem indicar o seu nome.

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: M  F  Habilitações: \_\_\_\_\_

Estado Civil: Solteiro(a)  Casado(a) / União de facto  Divorciado(a) / Separado(a)  Viúvo(a)

Profissão (se for estudante, indicar profissão dos pais): \_\_\_\_\_

Por favor, leia atentamente cada afirmação e responda:

1 Discordo totalmente    2 Discordo    3 Não concordo nem discordo    4 Concordo    5 Concordo totalmente

1. O problema dos maus tratos dentro do casamento afecta uma pequena percentagem da população.  
1  2  3  4  5
2. Os maus tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível educacional e económico.  
1  2  3  4  5
3. Os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família (p. ex., desemprego, consumo de drogas, problemas de dinheiro).  
1  2  3  4  5
4. O mais importante para as crianças é que a família permaneça unida, mesmo quando há violência no casal.  
1  2  3  4  5
5. É a ideia de as mulheres quererem ter tantos direitos como os homens que causa problemas entre o casal.  
1  2  3  4  5
6. A causa da violência é o abuso de álcool.  
1  2  3  4  5

É PROIBIDA A REPRODUÇÃO, POR QUALQUER MEIO, DE QUALQUER PARTE DESTE MANUAL, SEM A AUTORIZAÇÃO ESCRITA DOS AUTORES, SOB PEENA LEGAL. NÃO FOTOCOPIE. RESPEITE OS DIREITOS DE AUTOR E APOIE A INVESTIGAÇÃO.

7. A preocupação com a situação das mulheres que são maltratadas no casamento só serve para separar as famílias.  
1  2  3  4  5
8. Os homens batem nas mulheres apenas quando "estão de cabeça perdida", por algum problema nas suas vidas ou por alguma coisa que elas fizeram.  
1  2  3  4  5
9. Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas.  
1  2  3  4  5
10. Os homens passam a agredir as mulheres porque se envolvem em relações extra-conjugais.  
1  2  3  4  5
11. Um(a) parceiro(a) infiel merece ser maltratado(a).  
1  2  3  4  5
12. Se o meu(minha) parceiro(a) me insulta, tenho razões para o(a) agredir.  
1  2  3  4  5
13. Algumas mulheres merecem que lhes batam.  
1  2  3  4  5
14. Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais.  
1  2  3  4  5
15. Em casos de violência conjugal, a polícia deve apenas tentar acalmar os ânimos e reconciliar o casal.  
1  2  3  4  5
16. Dar uma bofetada à(ao) parceira(o) quando se está aborrecido ou irritado é normal; é uma coisa sem gravidade.  
1  2  3  4  5
17. A violência conjugal é um assunto privado. Deve ser resolvido em casa.  
1  2  3  4  5
18. Os insultos são normais entre um casal.  
1  2  3  4  5
19. Uma mulher deve retirar a queixa de maus tratos contra o marido sempre que este lhe peça desculpa pelo que fez.  
1  2  3  4  5
20. Se as pessoas permanecem numa relação violenta, é porque merecem a situação em que vivem.  
1  2  3  4  5
21. Entre marido e mulher ninguém deve "meter a colher".  
1  2  3  4  5
22. Uma bofetada não magoa ninguém.  
1  2  3  4  5
23. Algumas mulheres fazem os homens "perder a cabeça" e, por isso, é natural que eles lhes batam.  
1  2  3  4  5
24. Maridos e mulheres sempre se bateram. É natural e não tem nada de mal.  
1  2  3  4  5
25. É mais aceitável um homem bater na mulher do que o contrário.  
1  2  3  4  5

## Anexo VI

### Inventário de Valores de Vida



DESENVOLVIDO POR  
R. KELLY CRACE, Ph.D. DUANE BROWN, Ph.D.

Copyright 1996

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

VERSÃO EXPERIMENTAL  
Direitos reservados para a investigação na população portuguesa.  
Leonor Almeida, Ph.D. & Helena Rebelo Pinto, Ph.D.

## INVENTÁRIO DOS VALORES DE VIDA

### A AVALIAÇÃO DOS VALORES COMO GUIA DO COMPORTAMENTO E DA TOMADA DE DECISÃO

#### PARTE 1

Valores são crenças que influenciam o comportamento das pessoas e a tomada de decisão. Por exemplo, se a pessoa acredita que é importante dizer a verdade tentará ser verdadeira nos seus compromissos com os outros.

Nas páginas seguintes vai encontrar uma lista de crenças que orientam o comportamento das pessoas e que as ajudam a tomar decisões importantes. Leia cada uma delas e escolha a resposta (1-5) que *melhor descreve* a frequência com que essa crença orienta o seu comportamento. Antes de começar, complete o exemplo que se segue fazendo um círculo à volta do número que melhor descreve como esta crença orienta o seu comportamento actual.

	Quase nunca guia o meu comportamento		Por vezes guia o meu comportamento		Quase sempre guia o meu comportamento
<b>1. Ser saudável</b>	1	2	3	4	5

Se a crença "ser saudável" quase nunca orienta o seu comportamento, faça um círculo à volta do número 1. Se "ser saudável" orienta quase sempre o seu comportamento, faça um círculo à volta do número 5. Se a melhor resposta para si se situa entre 1 e 5, faça um círculo à volta do número (2, 3 ou 4) que descreve *mais exactamente* como esta crença orienta o seu comportamento.

Agora está preparado para começar. Leia cada frase com atenção e assinale apenas uma resposta. Geralmente a sua primeira ideia é o melhor indicador do que sente. Assinale todas as frases. Não existem respostas certas nem erradas. As suas escolhas devem descrever os seus próprios valores, e não os valores de outros.

**Prossiga para a página seguinte.**

		Quase nunca guia o meu comportamento		Por vezes guia o meu comportamento		Quase sempre guia o meu comportamento
1. Procurar novos desafios	A	1	2	3	4	5
2. Ser apreciado(a) pelos outros	B	1	2	3	4	5
3. Proteger o ambiente	C	1	2	3	4	5
4. Ser sensível às necessidades dos outros	D	1	2	3	4	5
5. Dar novas ideias	E	1	2	3	4	5
6. Ter sucesso económico	F	1	2	3	4	5
7. Cuidar do meu corpo	G	1	2	3	4	5
8. Não dar demasiada importância aos elogios	H	1	2	3	4	5
9. Tomar as minhas próprias decisões	I	1	2	3	4	5
10. Aceitar o meu lugar na família e nos grupos a que pertença	J	1	2	3	4	5
11. Ter tempo para mim próprio(a)	K	1	2	3	4	5
12. Ser de confiança	L	1	2	3	4	5
13. Utilizar a Ciência em favor do progresso	M	1	2	3	4	5
14. Acreditar num poder superior	N	1	2	3	4	5
15. Melhorar o meu desempenho	A	1	2	3	4	5
16. Ser aceite pelos outros	B	1	2	3	4	5
17. Cuidar do ambiente	C	1	2	3	4	5
18. Ajudar os outros	D	1	2	3	4	5
19. Criar coisas novas ou ter ideias novas	E	1	2	3	4	5
20. Ganhar dinheiro	F	1	2	3	4	5
21. Estar em boa forma física	G	1	2	3	4	5
22. Ser discreto(a) em relação aos meus sucessos	H	1	2	3	4	5
23. Dar a minha opinião	I	1	2	3	4	5
24. Respeitar as tradições da minha família e dos grupos a que pertença	J	1	2	3	4	5
25. Ter tempo calmo para pensar	K	1	2	3	4	5
26. Ser honesto	L	1	2	3	4	5
27. Saber coisas sobre Ciência	M	1	2	3	4	5
28. Acreditar que existe algo superior a nós	N	1	2	3	4	5
29. Trabalhar arduamente para fazer as coisas cada vez melhor	A	1	2	3	4	5
30. Sentir-me como parte de um grupo	B	1	2	3	4	5
31. Contribuir para a beleza da natureza	C	1	2	3	4	5
32. Preocupar-me com os direitos dos outros	D	1	2	3	4	5
33. Descobrir coisas novas ou ideias novas	E	1	2	3	4	5
34. Ser rico(a) (ter muito dinheiro ou muitos bens)	F	1	2	3	4	5
35. Ser bom num desporto (ser atlético)	G	1	2	3	4	5
36. Evitar louvores por objectivos atingidos	H	1	2	3	4	5
37. Fazer as coisas à minha maneira	I	1	2	3	4	5
38. Tomar decisões pensando na minha família ou grupos a que pertença	J	1	2	3	4	5
39. Ter um lugar privado para onde ir	K	1	2	3	4	5
40. Cumprir com as minhas obrigações	L	1	2	3	4	5
41. Usar a matemática para resolver problemas	M	1	2	3	4	5
42. Viver em harmonia com as minhas crenças espirituais	N	1	2	3	4	5

### Síntese de Resultados

Some os resultados da página anterior para cada questão associada à mesma letra (A, B, C e por aí fora). Escreva os resultados totais para cada letra abaixo e na coluna de resultados da página 5. Isto dar-lhe-á os seus resultados para os 14 principais valores de vida.

A \_\_\_\_\_  
Questões 1+15+29

H \_\_\_\_\_  
Questões 8+22+36

B \_\_\_\_\_  
Questões 2+16+30

I \_\_\_\_\_  
Questões 9+23+37

C \_\_\_\_\_  
Questões 3+17+31

J \_\_\_\_\_  
Questões 10+24+38

D \_\_\_\_\_  
Questões 4+18+32

K \_\_\_\_\_  
Questões 11+25+39

E \_\_\_\_\_  
Questões 5+19+33

L \_\_\_\_\_  
Questões 12+26+40

F \_\_\_\_\_  
Questões 6+20+34

M \_\_\_\_\_  
Questões 13+27+41

G \_\_\_\_\_  
Questões 7+21+35

N \_\_\_\_\_  
Questões 14+28+42

## PERFIL DE VALORES

### Resultados

- A  **REALIZAÇÃO**  
É importante aceitar novos desafios e trabalhar arduamente para melhorar.
- B  **PERTENÇA**  
É importante ser aceite pelos outros e sentir-se parte integrante do grupo.
- C  **PREOCUPAÇÃO COM O AMBIENTE**  
É importante proteger e preservar o ambiente.
- D  **PREOCUPAÇÃO COM OS OUTROS**  
O bem-estar dos outros é importante.
- E  **CRIATIVIDADE**  
É importante ter novas ideias ou criar coisas novas.
- F  **PROSPERIDADE ECONÓMICA**  
É importante ser bem sucedido(a) a ganhar dinheiro ou a constituir património.
- G  **SAÚDE & ACTIVIDADE FÍSICA**  
É importante ser saudável e fisicamente activo(a).
- H  **HUMILDADE**  
É importante ser humilde e modesto(a) em relação ao que faço.
- I  **INDEPENDÊNCIA**  
É importante tomar as suas próprias decisões e fazer as coisas à sua maneira.
- J  **LEALDADE À FAMÍLIA OU GRUPO**  
É importante seguir as tradições e expectativas da sua família ou grupo.
- K  **PRIVACIDADE**  
É importante ter algum tempo ou lugar só para si.
- L  **RESPONSABILIDADE**  
É importante ser considerado honesto e digno(a) de confiança.
- M  **COMPREENSÃO CIENTÍFICA**  
É importante utilizar princípios científicos para compreender e resolver problemas.
- N  **ESPIRITUALIDADE**  
É importante ter crenças espirituais e acreditar que somos parte de algo superior a nós.

Assinale os cinco resultados mais elevados e passe à página seguinte.

## Anexo VII

### Guião da Entrevista Semiestruturada

Áreas	Questões
<p data-bbox="395 528 608 562" style="text-align: center;"><b>Papéis Sociais</b></p> <p data-bbox="225 663 780 846">Pretende-se compreender o valor atribuído aos papéis sociais já desempenhados pelas participantes ou que possam vir a ser desempenhados pelas mesmas (Almeida, 2005).</p>	<ul data-bbox="855 533 1359 768" style="list-style-type: none"><li>• Quais são os papéis que mais valoriza?</li><li>• Quando iniciou uma nova relação, qual foi a importância que cada um destes papéis teve?</li><li>• Abdicava de algum papel em prol de um novo companheiro?</li></ul>
<p data-bbox="360 947 644 981" style="text-align: center;"><b>Expetativas Futuras</b></p> <p data-bbox="225 1081 780 1379">Pretende-se aceder ao modo como as participantes se situam face à possibilidade de encetarem novas relações amorosas ou razões que as movem para o estabelecimento de novas relações e às iniciativas que empreendem com vista a conhecer o parceiro amoroso (Sousa, 2010).</p>	<ul data-bbox="855 952 1359 1603" style="list-style-type: none"><li>• Antes de iniciar uma nova relação tentou conhecer o seu parceiro?</li><li>• Que aspetos é que tentou conhecer acerca do seu namorado?</li><li>• Como é que fez para conhecer o seu parceiro?</li><li>• O que é que a levou a procurar um novo relacionamento?</li><li>• Que expetativas teve em relação a um novo relacionamento, o que é que esperava?</li><li>• Como se vê daqui a 5 anos?</li><li>• Quando iniciou a relação, teve receios, dúvidas?</li><li>• Iniciar uma nova relação foi uma decisão fácil?</li><li>• Sentiu necessidade de encontrar um companheiro?</li></ul>
<p data-bbox="395 1733 608 1767" style="text-align: center;"><b>Suporte Social</b></p> <p data-bbox="225 1800 780 1984">Pretende-se perceber quem são as pessoas/ entidades que são vistas como referências e apoio para as decisões de vida, nomeadamente no campo amoroso (Ornelas, 2008).</p>	<ul data-bbox="855 1738 1359 1872" style="list-style-type: none"><li>• Quando pensou em iniciar uma nova relação, a quem recorreu?</li><li>• Que influência tiveram essas pessoas/ instituições/entidades?</li></ul>

## Anexo VIII

### Grelha de Análise de Conteúdo

CATEGORIAS	DIMENSÕES	SUB-DIMENSÕES	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	
<b>I. Papéis Sociais</b>	Saliência de Papéis		Trabalhadora		
			Filha		
			Cidadão		
			Irmã		
			Mãe		
			Esposa		
			Amiga		
			Companheira		
<b>II. Expetativas Futuras</b>	Parceiro	Conhecimento do parceiro	Fatores de risco		
			Estratégias de conhecimento do parceiro	Diretas	
		Indiretas			
	Si própria	Motivação para o estabelecimento de novas relações	Realização		
			Afetivas		
			Segurança		
		Aspirações	Sobre a Relação		
			Sobre a vida		
			Dúvidas/Receios/ Hesitações	Companheiro	
			Si própria		
<b>III. Suporte Social</b>	Formal		Redes de apoio Institucionais		
	Informal		Família		
			Amigos		
			Vizinhos		
			Religião		